

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Prestação de Contas de Convênios com Recursos do FNDCT na FINEP:  
Proposta de Orientações aos Convenientes.**

TRABALHO DE FINAL DE CURSO APRESENTADO À ESCOLA BRASILEIRA  
DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO  
GRAU DE MESTRE

**CARLA ALESSANDRA RODRIGUES DE SOUZA DE AZEVEDO**

Rio de Janeiro - 2014

Carla Alessandra Rodrigues de Souza de Azevedo

**Prestação de Contas de Convênios com Recursos do FNDCT na FINEP:  
Proposta de Orientações aos Convenientes.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à  
Escola Brasileira de Administração Pública e  
de Empresas – EBAPE - FGV como exigência  
para obtenção do grau de mestre em  
Administração Pública.

Orientador: Roberto da Costa Pimenta

Rio de Janeiro

2014

Azevedo, Carla Alessandra Rodrigues de Souza de

Prestação de contas de convênios com recursos do FNDCT na FINEP : proposta de orientações aos convenientes / Carla Alessandra Rodrigues de Souza de Azevedo. – 2014.

84 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Roberto da Costa Pimenta.

1. Convênios. 2. Ação de prestação de contas. 3. Contratos administrativos. I. Pimenta, Roberto da Costa. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 351

**CARLA ALESSANDRA RODRIGUES DE SOUZA DE AZEVEDO**

**“PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS COM RECURSOS DO FNDCT  
NA FINEP: PROPOSTA DE ORIENTAÇÕES AOS CONVENIENTES”**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

Data da defesa: 16/04/2014

Aprovada em:

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**



**Roberto da Costa Pimenta**  
Orientador (a)



**Deborah Moraes Zouain**



**Elaine Maria Tavares Rodrigues**

Dedico este trabalho a meus pais Eli (*in memoriam*) e Calé por ensinarem o prazer do aprendizado contínuo e a minhas filhas Isabella e Beatriz por terem sido submetidas à minha ausência e de quem foram subtraídas horas de convívio.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos pelo apoio prestado na confecção deste trabalho: Roberto Pimenta como meu orientador e exemplo de dedicação e mestre; Anna Beatriz Espíndola com os ensinamentos de estatística no tratamento quantitativo dos dados; Priscila Paiva com ajuda em Excel avançado nos momentos críticos; Áurea com as traduções dos termos técnicos; Sérgio Paes, pelo apoio amigo nas horas de desânimo e a Francisco das Chagas, pelo apoio integral às crianças nas horas de minha ausência.

*“Para o trabalho que gostamos levantamo-nos  
cedo e fazemo-lo com alegria.”*

(William Shakespeare)

## **RESUMO**

O objetivo desta pesquisa é fornecer informações que propiciem ao gestor de convênios, condição necessária para apresentar uma prestação de contas com maior probabilidade de aceitação por parte da FINEP. Foram pesquisadas as causas dos erros mais frequentes detectados na execução financeira dos projetos que impedem a aprovação da prestação de contas no momento da análise. A pesquisa foi realizada em duas etapas: pesquisa documental e tratamento dos dados. A primeira etapa foi qualitativa constando de coleta de dados e análise documental. O período analisado foi de 01/01/2013 a 30/11/2013, por serem as mais recentes, abrangendo convênios assinados entre 2001 e 2012. Nesta pesquisa foram considerados todos os convênios analisados no período acima referido, apoiados com recursos FNDCT para desenvolvimento de estudos e pesquisas, analisados pela FINEP, e com ao menos uma impropriedade. A pesquisa documental foi realizada no Departamento de Prestação de Contas de Convênio, Termos e Acordos de Cooperação - DPC1, responsável pelo acompanhamento da execução financeira dos convênios na FINEP. Cabe informar que foram analisados 2.476 convênios ao todo no ano de 2013, sendo 1.248 aprovados e 1.228 com alguma impropriedade. A segunda etapa da pesquisa foi quantitativa, e a técnica por saturação, utilizando estatística descritiva com análise exploratória dos dados. O tratamento dos dados foi realizado a partir da distribuição de frequência observada. Como resultado da pesquisa, observa-se que as dez impropriedades mais recorrentes correspondem a 90% de todas as impropriedades do período analisado. Diante disto, cabe a proposta de orientação ao conveniente, através de um FAQ no site da FINEP, abordando assuntos afetos a convênios assinados com recursos FNDCT, de fácil entendimento e acesso.

Palavras chave: convênio, impropriedade, FINEP, FNDCT e FAQ.



## **ABSTRACT**

This research target is to provide accurate information for supplying the agreement manager with the necessary conditions to present accountability over a larger probability of approval by FINEP. The causes of the most frequent errors found in the financial implementation of projects that prevent the adoption of accountability in the analysis were investigated. The research has been done in two steps: documental research and data treatment. The first step was consisting of qualitative data collection and document analysis. Period studied was between January 1st, 2013 until November 30, 2013 - most recent ones, with agreements signed between 2001 and 2012. In this research were considered all analyzed agreements in that period referred, supported by FNDCT resources for studies and research development, analyzed by FINEP with at least one impropriety. Documental research has been realized at department DPCI in charge for the following - up of financial execution in FINEP agreements. Just to inform that 2476 agreements were analyzed throughout 2013; being 1248 approved and 1228 with some kind of impropriety. Second step has been quantitative, has been by saturation, using descriptive statistics with data exploratory analysis. Data treatment has been realized from the observed frequency distribution. As research result it can be observed that the ten most recurrent improprieties correspond to 90 % of all period. Before this fact there can be some proposal to orienting the agreements, through one FAQ at FINEP site, showing already signed agreements with FNDCT resources, easy understand and plain access.

Key words: agreement, impropriety, FINEP, FNDCT and FAQ.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FAQ	<i>Frequently Asked Questions</i> – Perguntas mais frequentes
OCDE	Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
C,T&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
IPCT's	Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica
IN	Instrução Normativa
TCU	Tribunal de Contas da União
CGU	Corregedoria Geral da União
MP	Ministério Público
TCE	Tomada de Contas Especial
DPC1	Departamento de Prestação de Contas de Convênio, Termos e Acordos de Cooperação
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento Experimental
GRU	Guia de Recolhimento da União
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Quantitativo das Instituições que assistiram palestras e total de participantes.....	30
Gráfico 2 – Quantidade de convênios com algum tipo de impropriedade por ano.....	38
Gráfico 3 – Acúmulo anual de prestações de contas de convênios não analisadas no governo federal.....	39
Gráfico 4 - As 10 impropriedades mais recorrentes no período de 2001 a 2012.....	41
Gráfico 5 - As impropriedades mais frequentes de cada ano.....	42

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Legislações vigentes para convênios assinados entre 2001 e 2012.....	15
Quadro 2 – Quantidade de convênios contendo impropriedades .....	36

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>1 PROBLEMA</b>	14
1.1 Coexistência de legislações válidas	14
<b>OBJETIVO</b>	16
2.1 Objetivo	16
2.2 Objetivos Intermediários	16
2.3 Definição de Termos	16
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	20
3.1 A importância do fomento para a inovação	20
3.1.3 Fomento em inovação no Brasil	21
3.2 Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	24
3.3 FINEP e BNDES	25
3.3 Convênio	26
3.4 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	26
<b>4 PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIO NA FINEP</b>	28
4.1 Prestação de Contas	28
4.2 Medidas corretivas adotadas pela FINEP	29
4.2.1 Palestras de orientação aos convenientes	29
4.2.2 Nova metodologia de análise de prestação de contas	30
4.2.2.2 Teorema de Pareto	31
4.2.3 <i>Frequently Asked Questions</i> FAQ	31
4.2.4 Outras medidas tomadas pela FINEP	32
<b>5 METODOLOGIA</b>	33
5.1 Coleta dos dados	33
5.2 Depuração das impropriedades	34
5.3 Tratamento dos dados	35
<b>6 ANÁLISE DOS DADOS</b>	36
6.1 Medidas tomadas pela FINEP	36
6.2 Medidas tomadas pelo governo federal	38
6.2.1 Decreto 6.170 de 25 de julho de 2007	39

6.2.2 As dez impropriedades mais recorrentes.....	39
6.3 A impropriedade mais recorrente em todo período.....	42
6.3.1 Análises anuais.....	42
6.3.1.1 Ano 2001.....	43
6.3.1.2 Ano 2002.....	43
6.3.1.3 Ano 2003.....	43
6.3.1.4 Ano 2004.....	44
6.3.1.5 Ano 2005.....	44
6.3.1.6 Ano 2006.....	44
6.3.1.7 Ano 2007.....	45
6.3.1.8 Ano 2008.....	45
6.3.1.9 Ano 2009.....	45
6.3.1.10 Ano 2010.....	46
6.3.1.11 Ano 2011.....	46
6.3.1.12 Ano 2012.....	46
<b>7 PROPOSTA.....</b>	<b>47</b>
7.1 <i>Frequently Asked Questions</i> FAQ para execução financeira de convênios.....	47
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
8.1 Sugestões de pesquisas futuras.....	63
8.2 Sugestões para melhoria organizacional.....	64
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO A – Lista de todas as impropriedades no ano 2001.....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXO B – Lista de todas as impropriedades no ano 2002.....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO C – Lista de todas as impropriedades no ano 2003.....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO D – Lista de todas as impropriedades no ano 2004.....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO E – Lista de todas as impropriedades no ano 2005.....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXO F – Lista de todas as impropriedades no ano 2006.....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO G – Lista de todas as impropriedades no ano 2007.....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO H – Lista de todas as impropriedades no ano 2008.....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXO I – Lista de todas as impropriedades no ano 2009.....</b>	<b>80</b>
<b>ANEXO J – Lista de todas as impropriedades no ano 2010.....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXO K – Lista de todas as impropriedades no ano 2011.....</b>	<b>83</b>
<b>ANEXO L – Lista de todas as impropriedades no ano 2012.....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

No contexto mundial, os países desenvolvidos têm investido cada vez mais em inovação. O Brasil também segue essa tendência, principalmente, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse ministério, entre outras funções, trata da descentralização de recursos para inovação através de órgãos e empresas públicas concedentes de recursos públicos.

Por força constitucional, conforme artigo 70, parágrafo único, os gestores de convênios são obrigados a prestar contas dos recursos tomados. E o problema abordado neste trabalho é a dificuldade que esse gestor tem em apresentar uma prestação de contas aprovável, pois esta, geralmente, é encaminhada eivada de impropriedades que impedem a aprovação das contas e consequente encerramento do convênio. Este fato ocasiona acúmulo de prestação de contas e retrabalho por parte dos analistas responsáveis pela análise das contas prestadas da execução financeira dos convênios.

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos encontra-se entre as concedentes de recursos e exerce sua função por intermédio de modalidades reembolsáveis e não reembolsáveis. Neste trabalho, a FINEP é a concedente de recursos públicos e o instrumento em análise é não reembolsável, sendo convênios advindos de recursos do FNDCT.

Este trabalho tem como objetivo propor um instrumento de orientação ao conveniente, através de um FAQ a ser disponibilizado no site da financiadora com vistas a diminuir a incidência de erros, proporcionando ao cliente encaminhar uma prestação de contas com maior probabilidade de aceitação pela FINEP.

## **1 PROBLEMA**

O problema abordado neste trabalho é o acúmulo de prestações de contas financeira, decorrentes da dificuldade que o conveniente, ou seja, o gestor de convênios firmados com a FINEP tem em apresentar uma prestação de contas com pouca ou nenhuma incidência de erro.

Este problema é agravado pela diversidade de regras vigentes acerca de convênios. Cabe ressaltar que há outros normativos ainda válidos, mas que não são citados neste trabalho por não serem aplicados nos convênios selecionados na pesquisa documental (assinados entre 2001 e 2012).

### **1.1 Coexistência de legislações válidas**

O TCU em 2009, através do livro “Convênios e outros Repasses”, cita a coexistência de legislações ainda vigentes e válidas. Explicita, ainda, que para os convênios celebrados até 14 de maio de 2008, o normativo é a IN STN 01/97. A partir desta data, o Decreto 6.170/07, juntamente com a Portaria 127 de 29/05/2008, revogada, posteriormente, pela Portaria 507 de 24/11/2011, passa a ditar as normas relativas às “transferências de recursos da União mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação”, os quais passam a operar mediante o SICONV.

Segundo o TCU, o SICONV é o sistema informatizado adotado pelo Governo Federal onde deveriam ser registrados todos os atos na operacionalização dos recursos advindos de convênios, contratos de repasse e termos de cooperação em todas as suas etapas: proposição e análise, celebração, liberação e acompanhamento da execução. O SICONV dispõe de publicidade, com consulta pública na Internet, via Portal dos Convênios do Governo Federal, cujo site é [www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br). Ressalta-se que a FINEP não aderiu ao SICONV.

Embora existissem normativos vigentes, ainda havia lacunas nas legislações que dificultavam a execução dos recursos, e, na busca de minimizá-las ou saná-las, em 2010, foi criada a Instrução Normativa versando sobre convênios, a IN FNDCT 01/2010.

No Quadro 1, breve comentário dos normativos vigentes para os convênios assinados entre os anos de 2001 e 2012.



Quadro 1: Legislações vigentes para convênios assinados entre 2001 e 2012.

Legislação	Vigência	Artigo
IN STN 01/97	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 15 DE JANEIRO DE 1997 – artigo 27.	Obriga todos os convenientes a licitarem, inclusive entidades privadas com observância das regras ditadas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente em relação à licitação e contrato, sendo admitido pregão, preferencialmente eletrônico previsto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos casos em que a Lei especifica.
Decreto 6.170/07 e Portaria 507/08	Decreto 6.170 de 25 de julho de 2007 e Portaria Interministerial 507 de 24.11.2011.	Obriga à utilização do SICONV. Cabe esclarecer que a FINEP não aderiu à este sistema, embora tenha convênios sob sua égide.
IN FNDCT 01/10	Instrução Normativa FNDCT/MCTI nº 1, de 25.06.2010.	Desobriga as entidades privadas sem fins lucrativos a licitar, devendo apenas realizar, no mínimo, três cotações prévias de preços no mercado, válidas para obras, bens permanentes e serviços, não havendo, também, limites de valor.  Os casos de dispensa e inexigibilidade previstos na legislação federal vigente, Lei 8.666/93, continuam válidos para utilização.  Observa-se que esta Instrução Normativa se aplica apenas a recursos advindos do FNDCT.

Fonte: Elaborado pela autora.

## 2 OBJETIVO

### 2.1 Objetivo

Fornecer informações que propiciem ao gestor de convênios, condição necessária para apresentar uma prestação de contas com maior probabilidade de aceitação por parte da FINEP.

### 2.2 Objetivos Intermediários

- ✓ Apontar onde está a maior incidência de erros por parte das convenientes quando prestam contas às instituições de fomento com recursos FNDCT através de convênio firmado entre as partes;
- ✓ Apresentar sugestões, com medidas simples, para melhorar o desempenho das IPCT's quando se tratar de prestar contas; e
- ✓ Propor FAQ *on line*, na página da FINEP na Internet, com a finalidade de auxiliar os convenientes a executar os projetos e prestar contas.

### 2.3 Definição de Termos

**Convênios** - São instrumentos voltados à pesquisa científica, tecnológica e de inovação que disciplinam a transferência de recursos financeiros e que tenham como partícipe, de um lado o concedente, e de outro, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, em regime de mútua cooperação. Ou seja, são firmados entre concedente de recursos públicos (concedente) e instituição pública ou privada sem fins lucrativos (conveniente), onde as partes se comprometem a atingir um objetivo comum entre elas, sendo o interesse de ambas as partes, a consecução do objeto.

**Termos de Cooperação** - São instrumentos voltados à pesquisa científica, tecnológica e de inovação que disciplinam a descentralização de crédito entre concedente e órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, sem a necessidade de exigência de contrapartida.

**Contrato reembolsável** - O recurso desembolsado retorna acrescido dos juros contratuais, ou seja, empresa inovadora submete projeto de área que julgue importante para seu crescimento e solicita empréstimo à FINEP com juros subsidiados, normalmente, em torno de 4 a 6 % ao ano.

**Contrato de subvenção** - As áreas prioritárias para o governo federal são contempladas em Seleções Públicas, e as empresas que se interessarem em desenvolver o objeto definido enviam propostas à FINEP, que selecionará e, somente após, assina o Contrato de Subvenção. Nesta modalidade, o recurso não retorna, devendo a empresa cumprir as metas e depois prestar contas à financiadora.

**Aporte de capital** - Investimento em empresas com capital disponível no mercado e em conformidade com as regras da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, como alternativa de incentivo a projeto de impacto a ser realizada em empresas inovadoras (assim definida conforme art. 5º da Lei de Inovação). O risco tecnológico é priorizado nesta modalidade.

**Prestação de Contas Financeira** - Segundo o Manual de Convênios e Termos de Cooperação da FINEP, a prestação de contas financeira é o envio à FINEP pelo conveniente ou acordante, de um conjunto de documentos (normalmente cópias) que demonstram a execução financeira (parcial ou final) dos recursos aportados no projeto e a coerência com o plano de trabalho e Termo de Convênio.

**Prestação de Contas Técnica** - Conforme o Manual de Convênios e Termos de Cooperação da FINEP, ela é composta por relatórios técnicos, onde constam informações acerca do cumprimento de objeto, execução física e resultados (parciais ou finais) obtidos pelo projeto, e a conformidade com o plano de trabalho aprovado e o instrumento contratual.

**Passivo de prestação de contas** – Convênios antigos com prestação de contas pendentes de aprovação. Na FINEP são considerados passivos os convênios com data de assinatura até 2009. Observa-se que o ano corte é revisto periodicamente.

**Ativo de prestação de contas** – Convênios mais recentes pendentes de aprovação de prestação de contas. Na FINEP são considerados ativos os convênios com data de assinatura a partir de 2010. Observa-se que o ano base é revisto periodicamente.

**Concedente** - A FINEP é denominada concedente por ser a Agência de Fomento responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários do FNDCT destinados à execução do objeto do projeto.

**Proponente** - Órgão ou entidade pública ou privada sem fins lucrativos que manifeste, por meio de proposta, interesse em firmar instrumento regulado pela norma vigente.

**Conveniente** - Órgão ou entidade da administração pública direta e indireta estadual, distrital ou municipal, bem como entidade privada sem fins lucrativos, com o qual a concedente pactua a execução de programa, projeto, atividade ou evento mediante a celebração de convênio.

**Acordante** - Órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta com a qual a concedente pactua a execução de termo de cooperação.

**Interveniente** - Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada, que participa dos instrumentos regulados pela norma vigente para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.

**Executor** - Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada sem fins lucrativos, responsável direta pela execução do objeto do instrumento pactuado.

**IPCT's** - São órgãos ou entidades da administração pública ou entidade privada sem fins lucrativos que tenham como missão institucional, dentre outras, executar atividades de

pesquisa básica ou aplicada, ou ainda, desenvolvimento incremental, de caráter científico ou tecnológico.

**Pesquisa básica** – Segundo o Manual de Frascati, a pesquisa básica é um estudo teórico ou experimental que visa contribuir de forma original ou incremental, sem uso ou aplicação específica imediata.

**Pesquisa aplicada** – Segundo o Manual de Frascati, a pesquisa aplicada é uma investigação original para aquisição de novos conhecimentos, primordialmente dirigida em função de um objetivo prático específico.

**Desenvolvimento experimental** – Segundo o Manual de Frascati, o desenvolvimento experimental é o trabalho sistemático, delineado a partir do conhecimento pré-existente, obtido através da pesquisa e/ou experiência e aplicado na produção de novos produtos, serviços ou processos, e, ainda, no substancial aperfeiçoamento dos já produzidos ou estabelecidos.

**Inovação radical** – Segundo Manual de Oslo, a inovação radical é quando há a introdução de um novo produto, serviço ou processo totalmente novo para o mundo, ou para um país ou, ainda, apenas para uma empresa.

**Inovação incremental** – Segundo Manual de Oslo, a inovação incremental é quando há uma modificação ou melhoria substancial em um produto, serviço ou processo já existente.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 A importância do fomento para a inovação

Inovação tornou-se assunto em pauta nas políticas governamentais, de acordo com os países membros do OCDE, principalmente, quando se trata de desenvolvimento econômico e social. Os governos dos países interessados no tema, inclusive não integrantes da OCDE, têm desempenhado papel relevante nas etapas iniciais do processo de inovação tecnológica. O Estado inicia os investimentos quando a inovação ainda está no plano das ideias, sendo apenas um plano ou meta, acompanhada de incertezas radicais e grande risco tecnológico.

Segundo Mariana Mazzucato (2013), o papel estatal mostra maior predisposição que o setor privado em enfrentar ambientes de incertezas radicais, investindo nos estágios iniciais do desenvolvimento de novas tecnologias, conferindo ao Estado um papel empreendedor. Como exemplo, as principais inovações tecnológicas recentes: *internet*, nanotecnologia e biotecnologia.

O planejamento estratégico para inovação é baseado no longo prazo e na orientação dos investimentos governamentais. Ainda segundo Mazzucato, o papel do Estado iria além da pesquisa básica, realizada em laboratórios e universidades (como compensação a falhas de mercado), mas compreenderia, também, a mobilização de recursos para difusão ampla de conhecimentos e inovações entre os diversos setores da economia. Isto é feito por meio do estreitamento de laços entre redes de inovação já existentes ou por meio do auxílio ao desenvolvimento de novas redes, associando diferentes atores, como, por exemplo: empresas de diversos setores, universidades, laboratórios públicos e privados. A intenção é disponibilizar os resultados das pesquisas no mercado, tentando uma convergência deste com a academia, para que as teses e dissertações retornem à sociedade, de maneira direta (produtos, processos ou serviços) ou indireta (geração e distribuição de renda).

O estado investe em inovação, apesar das incertezas, com a finalidade de retorno indireto à sociedade, com geração de emprego e de receitas fiscais para o Estado, quanto aos lucros, há expectativa que sejam capturados pelo setor privado. Ou seja, os riscos são amplamente socializados, enquanto o retorno é captado pelo setor privado, que, na maioria

das vezes, só começa a investir em inovação quando os riscos se tornam identificáveis e gerenciáveis, gerando retornos desproporcionais aos riscos por ele assumidos.

As mudanças tecnológicas, principalmente, as inovações radicais, estão envoltas em incerteza também radical. Por exemplo, os investimentos em P&D levam vários anos para materializarem novos produtos, sem a garantia de viabilidade comercial, ou, ainda, em caso de comercialização viável, não há garantias de aceitação por parte do mercado consumidor, fazendo com que os retornos de tais investimentos sejam fortemente incertos.

Enfim, a importância do fomento para a inovação vai além dos investimentos em pesquisa básica, de acordo com Mazzucato (2013), proporciona a capacidade de visionar novos produtos e novas tecnologias necessários para o cumprimento de planos governamentais previamente estabelecidos para o desenvolvimento econômico e social do país.

### **3.2 Fomento em inovação no Brasil**

É notório que o crescimento da produtividade e do emprego é decorrente do desenvolvimento tecnológico e da difusão da inovação em todos os setores da economia. No Manual de Oslo (2004), consta que os Estados Membros da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE promovem políticas que buscam:

- ✓ Alcançar nível elevado de desenvolvimento econômico sustentável;
- ✓ Contribuir para a expansão econômica estável, tanto dos países membros do OCDE, quanto dos países em desenvolvimento; e
- ✓ Expandir o comércio mundial, baseando-se no multilateralismo.

O Brasil, seguindo essa tendência mundial, também vem priorizando o desenvolvimento econômico e social da nação, através da formulação de políticas públicas voltadas para a tecnologia e inovação. Para crescimento da produção e aumento da produtividade, o país vem investindo na difusão e desenvolvimento de novas tecnologias.

A Administração Pública Federal, mais precisamente o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI tem como um de seus objetivos principais, as políticas voltadas para a inovação, como um amálgama de políticas de ciência, tecnologia e política industrial. Como ação que evidencia a crescente importância da inovação no contexto

nacional, para dar efetividade a esta constatação, o governo federal criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, conhecida como Agência Brasileira da Inovação, entre outros órgãos, para auxiliar o atingimento do objetivo estatal.

A FINEP é uma empresa pública concedente de recursos públicos, e tem como missão “promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas”.

Os tomadores de recursos públicos, para usufruir dos benefícios governamentais para ciência, tecnologia e inovação, assumem a obrigação constitucional de prestar contas, conforme artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal:

Ar.t 70 - Parágrafo único: Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Segundo Candeia (2005) compete ao Poder Executivo, responsável pela descentralização dos recursos federais, fiscalizar sua regular aplicação. Diz, ainda, que de acordo com o sistema de freios e contrapesos (concepção de Montesquieu), o Congresso Nacional exerce o controle externo, conforme artigos 70 e 71 da Constituição Federal:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete (...).

Sendo assim, as prestações de contas estão sujeitas à fiscalização, não apenas do órgão concedente de recursos, mas também, da Controladoria Geral da União – CGU (controle interno), Tribunal de Contas da União – TCU (controle externo) e Ministério Público.

Das prestações de contas enviadas aos órgãos concedentes de recursos, apenas uma parte recebe aprovação, consequente quitação e posterior finalização do instrumento contratual, ficando o restante, pendente de regularização de impropriedades ou irregularidades, e contribuindo para o aumento do estoque.



A Administração Pública detectou o acúmulo das Prestações de Contas e tomou algumas providências. Como exemplo de medida saneadora, o governo federal anistiou as prestações de contas de convênios até o valor de R\$ 100.000,00, conforme pode se verificar no artigo 17 do Decreto 6.170 de 25 de julho de 2007:

Art. 17. Observados os princípios da economicidade e da publicidade, ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União disciplinará a possibilidade de arquivamento de convênios com prazo de vigência encerrado há mais de cinco anos e que tenham valor registrado de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Atualmente, há um acúmulo de prestação de contas não aprovadas, formando um estoque de passivo, agravado pela vigência de legislações simultâneas, cada qual com seu regramento. Os convênios firmados com as IPCT's não são exceção nesse contexto, contribuindo, também, para endossar esse cenário. (Orzil; Amorim; Simões, 2012).

Em 2010, houve iniciativa do governo federal em flexibilizar regras rígidas de licitação como mais uma tentativa para solucionar o crescente acúmulo. A IN FNDCT 01 de 25 de junho de 2010, dispensou as instituições privadas sem fins lucrativos de seguirem os trâmites de licitação ditados pela Lei 8.666/93. Ressalta-se que essa nova Instrução Normativa não revogou as anteriores, sendo válida apenas para os convênios assinados a partir de sua entrada em vigência. As demais legislações acerca de convênios continuam válidas para instrumentos assinados sob sua égide, até o momento da aprovação das prestações de contas técnica e financeira e consequente encerramento no SIAFI.

Porém, mesmo com essa nova legislação específica, o problema persistia: o acúmulo de prestações de contas, formando estoque, agravado pela quantidade de prestação de contas de convênios não aprováveis enviadas à FINEP, decorrente da dificuldade dos gestores de recursos em prestar contas.

Candeia (2005) cita algumas dificuldades encontradas pelos gestores de recursos de convênios, uma delas se refere a pouca literatura disponível sobre o assunto. Afora os dispositivos legais, há uma escassez de títulos quando o assunto versa sobre convênios, principalmente a parte da prestação de contas.

Orzil, Amorim e Simões (2012) ressaltaram o quadro preocupante relacionado ao controle dos recursos públicos concedidos através de convênios:

SIAFI – 31/12/2010 – havia cerca de 45,7 mil prestações de contas de convênios não analisadas ou não apresentadas pelo conveniente ao concedente de recursos, cujo valor total estimado foi, aproximadamente, de R\$ 21,1 bilhões;

Existência de convênios das décadas de 1970 e 1980 com prestação de contas a aprovar;

Acompanhamento e fiscalização deficientes, por carência de pessoal, seja em quantitativo, seja por falta de qualificação técnica. O fato é que os resultados não obtinham uma confiabilidade desejada quanto aos resultados obtidos, principalmente, devido à falta de parâmetros técnicos e financeiros adequados, que, na maioria das vezes, não constavam do plano de trabalho dos convênios;

Aumento significativo das transferências voluntárias a estados, municípios e instituições privadas sem fins lucrativos no período de 2007 a 2010. O valor empenhado pelo Governo Federal para este conjunto de transferências de recursos mediante convênios e instrumentos congêneres atingiu cerca de R\$ 109 bilhões ao todo, sendo: 2007 - R\$ 25,76 bilhões; 2008 – R\$ 25,71 bilhões; 2009 – R\$ 28,36 bilhões; 2010 – R\$ 29,79 bilhões.

Nos últimos exercícios, as transferências efetuadas pelo Governo federal através de convênios apresentam a seguinte distribuição aproximada: 50 % a município; 40% aos estados e 10 % às entidades sem fins lucrativos.

Empenho no valor de R\$ 3,5 bilhões de transferências do Governo Federal a entidades sem fins lucrativos em 2010, valor esse 26 % maior que o transferido em 2009.

### **3.3 Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP**

A FINEP é integrante da administração pública indireta, sob forma de empresa pública, criada em 1967, atualmente vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI.

Ela possui a capacidade de financiar parte do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I, combinando recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis, assim como outros instrumentos, proporcionando grande poder de indução de atividades de inovação, essenciais para o aumento da competitividade do setor empresarial. O apoio abrange as seguintes etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, melhoria e desenvolvimento de produtos, serviços e processos.

Ressalta-se, ainda, que a FINEP é a secretária executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e, cumpre sua missão, através dos seguintes instrumentos: contratos reembolsáveis, contratos de subvenção, convênios, acordos e termos de cooperação e aporte de capital como alternativa de incentivo a projeto de impacto a ser realizada em empresas inovadoras.

O contrato é um vínculo jurídico entre a FINEP e o tomador de recursos, podendo ser reembolsáveis e não reembolsáveis, sendo os últimos denominados contratos de subvenção e regulados pela Lei de Inovação.

Os contratos de subvenção, convênios, acordos e termos de cooperação caracterizam-se, ainda, por serem modalidades não reembolsáveis, onde não há obrigatoriedade de devolução de recursos à FINEP. A operação não reembolsável também é conhecida popularmente como “dinheiro dado” ou “dinheiro a fundo perdido”.

Estes instrumentos permitem a FINEP financiar projetos em todos os setores da economia. Os atores que atuam no cenário de projetos são: concedente de recursos, proponente, conveniente, acordante, interveniente, executor, sendo definidos segundo o Manual de Convênio, Acordos e Termos de Cooperação da FINEP.

### 3.4 FINEP e BNDES

O Brasil estabelece suas políticas públicas em inovação e as coloca em prática através de diversos órgãos e empresas públicas. Tanto a FINEP quanto o BNDES são empresas públicas e, também, instrumentos governamentais para a disseminação de recursos públicos voltados para a pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.

O BNDES foi criado pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, denominado à época de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com o formato de autarquia federal. Após várias alterações, foi transformado em empresa pública pela Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971. O nome atual veio através do Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982.

De acordo com Valéria Delgado Bastos (2005) o BNDES constitui o rol de instituições responsáveis pelo financiamento da inovação desde a década de 60. Inclusive, no final da década de 70, o Banco operou com recursos do FNDCT, onde a FINEP atua como secretária executiva. Inovação é uma das áreas de atuação do Banco, considerada, inclusive, prioridade estratégica.

Apesar de serem instituições distintas, quando o assunto é inovação, não raro, FINEP e BNDES apresentarem atuação conjunta, ou, operarem, mesmo que de forma individual nas mesmas ações concomitantemente, sejam planos ou programas, podendo adicionar, ainda, outros *players*.

### 3.5 Convênio

Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2001) define convênio “como forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração”.

A execução dos convênios e termos de cooperação deverão observar diretrizes, tais como o alinhamento ao Plano de Trabalho, relação de itens e relação de equipe executora, aprovados na avaliação de mérito, ou alterados através de solicitações feitas à concedente de recursos, e o cumprimento dos prazos de execução física e financeira, de prestações de contas e das cláusulas estabelecidas no instrumento contratual, inclusive no aporte de contrapartida.

Durante e após a execução dos convênios há de ser entregue à Instituição concedente a Prestação de Contas, que encontra sua obrigatoriedade descrita no artigo 70 da CRFB. Observa-se que na FINEP, a parte técnica possui prestação de contas separadas da financeira. A periodicidade da apresentação deverá estar definida no Instrumento Contratual, denominado de Termo de Convênio.

### 3.6 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

O FNDCT foi instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei no 8.172, de 18 de janeiro de 1991. Esse fundo tem o objetivo de financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas em promover o desenvolvimento econômico e social do País. A Lei 11.540 de 12 de novembro de 2007 dispõe sobre o FNDCT, versando sobre suas receitas, aplicação dos recursos e estabelecendo diretrizes para seu regimento.

Diz a Lei 11.540, conhecida como Lei do FNDCT, em seu artigo 11, que os recursos do referido fundo são destinados a:

Apoio a programas, projetos e atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I, compreendendo a pesquisa básica ou aplicada, a inovação, a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de novas tecnologias de produtos e processos, de bens e de serviços, bem como a capacitação de recursos humanos, intercâmbio científico e tecnológico e a implementação, manutenção e recuperação de infraestrutura de pesquisa de C,T&I.

Respalhada no artigo 9º, inciso V da referida Lei 11.540, a FINEP está apta a firmar contratos, convênios e acordos relativos aos estudos e projetos financiados pelo FNDCT, entre outras competências que a Lei lhe atribui.

## **4 PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS NA FINEP**

O intuito deste capítulo do trabalho é abordar a FINEP sob ponto de vista das prestações de contas de convênios.

### **4.1 Prestação de Contas**

As análises realizadas pela FINEP baseiam-se leis em sentido amplo, como as Instruções Normativas editadas pelo Poder Executivo do Governo Federal. O normativo legal ao qual o convênio estará subordinado varia conforme o ano de sua assinatura e de sua adoção, quando da formalização do Termo de Convênio, por este motivo, não incomum, uma mesma instituição conveniente ter sob sua administração, convênios com legislações diversas, ou seja, seguirem regras diferentes: IN STN 01/93; IN STN 01/97 e IN FNDCT 01/2010.

Para que o conveniente obtenha aprovação nas prestações de contas enviadas à FINEP, são verificados durante análise financeira e técnica realizada pela financiadora, respectivamente: a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos; e o cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas.

Tratando especificamente da execução financeira de convênios, o Departamento de Prestação de Contas de Convênio, Acordos e Termos de Cooperação - DPC1 da FINEP expede carta ao conveniente comunicando a aprovação, quando a análise das prestações de contas é considerada apta. No caso de prestação de contas final, a aprovação é acompanhada de consequente encerramento do convênio. Já quando constatada alguma impropriedade, o conveniente é comunicado por ofício e dispõe do prazo de 45 dias, contados a partir da data do protocolo, para apresentação de justificativas a todos os questionamentos efetuados, com consequente inclusão do convênio no cadastro de inadimplência do SIAFI e posterior abertura de Tomada de Contas Especial em caso de não resposta.

Ressalta-se que para a abertura de TCE são observados vários trâmites de comunicação ao conveniente, a fim de que sejam preservados os direitos constitucionais de ampla defesa e contraditório.

Assim como todos os Órgãos do governo federal, a FINEP também se depara com um quadro de acúmulo das prestações de contas, não somente em relação ao volume, como à antiguidade dos convênios analisados, conhecidos como passivos de prestação de contas. Uma das observações feitas é a baixa qualidade das prestações recebidas para análise, o que ocasiona retrabalho dos analistas financeiros.

A dificuldade em prestar contas é um dos fatores que motivam a desistência em solicitar recursos públicos para desenvolvimento de pesquisa básica, aplicada e incremental, por parte dos pesquisadores, em função do temor de prestar contas de forma indevida e consequente devolução dos recursos tomados.

#### **4.2 Medidas corretivas adotadas pela FINEP**

O livro “Convênios e Outros Repasses” publicado em 2009, mais precisamente no prefácio escrito por Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados à época, diz que o TCU percebeu que informar é a melhor maneira de prevenir os erros. E, ainda, que impedir o mau uso dos recursos públicos é tão ou mais importante que punir os abusos.

Atuando conforme tendência citada acima, a FINEP, para prevenir erros, investiu no fornecimento de orientações ao conveniente através de palestras presenciais, ministradas nas sedes das Instituições Convenientes.

A financiadora ainda tomou outras medidas corretivas com fins preventivos na tentativa de diminuir o estoque de prestação de contas da execução financeira dos convênios fomentados com recursos do FNDCT, e minimizar as causas de não conformidade.

##### **4.2.1 Palestras de orientação aos convenientes**

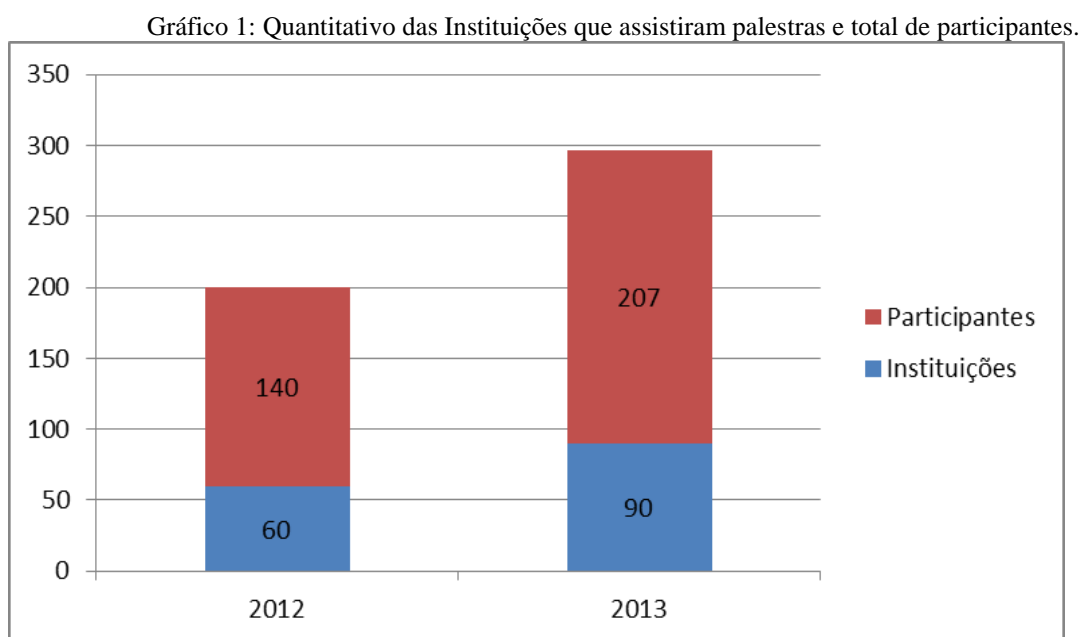
O Departamento de Prestação de Contas de Convênios, Termos e Acordos de Cooperação – DPC1 dispõe de 50 funcionários, sendo 17 de apoio, como secretária, assistentes e estagiários e 33 analistas responsáveis pelo acompanhamento financeiro e

prestação de contas dos convênios, que, entre outras funções correlatas ao trabalho, efetuam visitas técnicas às Instituições Convenientes.

A FINEP, através dos analistas do DPC1, realiza visitas técnicas aos convenientes com fins de fiscalização dos recursos públicos, onde verificam a execução financeira, ficando a parte técnica, a ser acompanhada pelo departamento operacional responsável. Porém, a partir de 2006, a empresa atentou-se para a importância de maior orientação a seus clientes, e iniciou um ciclo de palestras presenciais, disponibilizados a todo pessoal envolvido diretamente com a execução financeira dos convênios.

Segundo dados fornecidos pelo DPC1, foram ministradas 60 palestras em 2012 e 90 em 2013, conforme gráfico 1, para dirimir dúvidas de 347 pessoas pertencentes aos quadros das instituições convenientes. Na verdade, este número deve ser superior, pois o ciclo de palestras começou em 2006, porém, este controle somente teve início em 2012.

Abaixo, segue gráfico 1 contendo o quantitativo de palestras ministradas:



Fonte: FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

#### 4.2.2 Nova metodologia de análise de prestação de contas

Em 2011, a FINEP, com objetivo de dar celeridade à análise das prestações de contas financeiras, elaborou e adotou nova metodologia denominada Plano de Soluções Integradas.



Esse método foi concebido com base na Curva ABC ou 80-20, baseado no teorema do economista Vilfredo Pareto, no qual uma pequena amostra representa a maioria significativa do universo estudado. As análises mais significativas recebem um tratamento mais detalhado, que decresce conforme o valor desembolsado por convênio e sua representação em relação ao todo.

#### 4.2.2.1 Teorema de Pareto

Segundo Koch (1998), a Lei de Pareto, baseia-se em uma análise empírica dos dados, e, afirma que, para muitos fenômenos, 80% das consequências advêm de 20% das causas. O Princípio de Pareto ficou conhecido por esta relação 80/20 porque mostra uma relação desproporcional, desequilibrada, entre causa e efeito, mas frequentemente, existem quadros muito mais extremos, podendo aparecer em qualquer outro percentual. O referido autor, diz ainda, que, quando relaciona dois conjuntos de dados, com suas causas e efeitos, após examinados e analisados, o resultado mais provável é um padrão de desequilíbrio.

#### 4.2.3 *Frequently Asked Questions* - FAQ

O *Frequently Asked Questions* – FAQ significa uma compilação de questionamentos frequentes acerca de determinado tema, sendo um tutorial com fins de dirimir dúvidas frequentes, contendo perguntas e respostas.

A FINEP utiliza esse mecanismo em diversas áreas, tendo disponibilizado um FAQ em seu site, com perguntas e respostas sobre contratos reembolsáveis, e, também, versando sobre convênios e assuntos pertinentes à execução financeira e prestação de contas. Nesse trabalho, porém, foram pesquisadas as dúvidas mais frequentes, sendo fruto de análise de todas as impropriedades encontradas nas análises das prestações de contas no ano de 2013.

#### **4.2.4 Outras medidas tomadas pela FINEP**

A FINEP realizou outras medidas com a finalidade de reduzir o estoque de prestação de contas, tais como:

- ✓ Formação de grupos de trabalho – o DPC1 organizou grupos de trabalho para combater o passivo, realizando as análises nas prestações de contas acumuladas de convênios antigos, e, também, para o ativo, a fim de que não formassem novos passivos;
- ✓ Análises em forma de mutirão, inclusive nos finais de semana – os 33 analistas do DPC1, ligados diretamente às análises das prestações de contas, foram convidados a trabalhar em horário extra, inclusive, nos finais de semana, durante um período;
- ✓ Assinatura de um número menor de convênios com valores mais expressivos – dessa forma, o valor desembolsado é crescente, enquanto o número de prestação de contas é decrescente. Sendo esta a tendência atual adotada pela FINEP.

## 5 METODOLOGIA

O escopo deste trabalho refere-se a convênios firmados entre a FINEP e as Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica – IPCT's, fomentados com recursos do FNDCT e assinados sob Termo de Convênio, nos quais a FINEP atua como responsável pelo desembolso e acompanhamento do projeto.

A pesquisa foi realizada em duas fases: a primeira foi de caráter qualitativo, tendo sido realizada uma análise de conteúdo dos relatórios *on line* de prestação de contas de convênios, e, a segunda fase, de cunho quantitativo utilizando estatística descritiva para apuração das impropriedades mais recorrentes.

Esta pesquisa teve início em novembro de 2013, sendo coletados dados de todos os convênios com ao menos uma impropriedade, apoiados com recursos FNDCT para desenvolvimento de estudos e pesquisas. Esses convênios foram analisados pela FINEP no período de 01/01/2013 a 30/11/2013, tendo sido as análises mais recentes e próximas ao início da presente pesquisa.

Foi tirada uma “fotografia” estática no ano de 2013, de todos os convênios analisados naquele ano, com datas de assinatura que variaram de 2001 a 2012 e suas conseqüentes legislações.

### 5.1 Coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental a partir da análise de conteúdo das informações dos relatórios *on line* emitidos pelos analistas de prestação de contas da FINEP, onde foram identificados os resultados mais frequentes, repetidos por exaustão.

Apesar de haver anuência dos gestores da financiadora em relação à utilização dos dados ao estudo proposto, optou-se por preservar o nome das instituições, os números dos convênios a elas atribuídos e os valores dos repasses financeiros dos projetos. O resultado desta pesquisa será disponibilizado à FINEP para embasar medidas gerenciais.

O ano de 2013 foi escolhido por conter as análises mais recentes, dessa forma, os dados colhidos retratariam as dúvidas mais atuais possível. No período, foram analisados 2.476 prestações de contas de convênios, destas, 1.246 foram aprovadas e 1.228 não receberam aprovação por conter ao menos uma impropriedade. De todas as prestações de contas realizadas, foram separadas para esta pesquisa, somente as que continham algum tipo de erro.

Durante análise documental das prestações de contas recebidas pela FINEP, os analistas responsáveis informam as ocorrências em desconformidade, registrando no banco de dados *Access* todas as impropriedades encontradas. Após, geram correspondências e enviam aos convenientes, para que possam sanar ou justificar as inconsistências apontadas.

Ao todo, no ano de 2013 foram realizados 7.382 registros de impropriedades no banco de dados *Access*.

## **5.2 Depuração das impropriedades**

Após, os dados foram migrados do *Access* para o *Excel*, onde as duplicidades foram excluídas, a nomenclatura foi padronizada e algumas impropriedades compatíveis foram agrupadas, evitando paráfrases.

Retirados os registros duplos, os dados trabalhados no *Excel* totalizaram 5.221 impropriedades nas Prestações de Contas enviadas à FINEP. A existência de duplicidades dá-se pelo fato que há um trâmite a ser seguido antes da abertura de TCE, em caso de não atendimento ou não resposta e demais casos previstos em norma própria.

Em caso de não resposta satisfatória ou sua ausência às correspondências enviadas, os analistas geram os registros novamente, com a finalidade de formalizar outra comunicação, cumprindo-se assim, os primeiros passos que antecedem a abertura de Tomada de Contas Especial. Este procedimento é exigido pelos Órgãos de Controle do Governo Federal, a fim de proporcionar ao conveniente o direito constitucional de contraditório e ampla defesa. Porém, ao cumprir tais requisitos, o *Access* gera duplicidades de registro, o que ocasionou dificuldade para compilar e tratar os dados nesta pesquisa.

### 5.3 Tratamento dos dados

Para o tratamento dos dados, foi utilizado método quantitativo, por Estatística Descritiva,

Depois de mapeadas as impropriedades e inconsistências, deu-se início à segunda fase da pesquisa com análise quantitativa da amostra. O tratamento dos dados resultantes ocorreu por Estatística Descritiva, com análise exploratória de dados, onde estes foram agrupados, para se detectar a frequência e identificar as mais significativas.

O agrupamento dos dados deu-se por ano de assinatura dos convênios, de 2001 a 2012. Posteriormente, foi aplicada tabela dinâmica sobre os dados e verificada a nomenclatura. Uma dificuldade encontrada foi a padronização da nomenclatura das impropriedades, devido ao fato de cada analista descrever o fato ocorrido de maneira subjetiva, sem texto padrão para as diversas inconsistências possíveis de prestação de contas. Após cada padronização, a tabela dinâmica era novamente atualizada.

Para facilitar a manipulação dos dados no processo de depuração das informações, foram criadas planilhas anuais de 2001 a 2012, conforme o ano de assinatura dos convênios analisados no ano de 2013.

Em termos gerais, as características das impropriedades foram mantidas em sua integralidade, evitando-se agrupamentos. Porém, algumas impropriedades foram compiladas e agrupadas, são elas:

1) “Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida” - as impropriedades agrupadas nesta nomenclatura foram: falta de aporte; não demonstração da execução; e demonstração incompleta da execução de contrapartida financeira e/ou não-financeira ou demonstração equivocada, comprovando contrapartida diversa da constante no Termo do Convênio.

2) “Ausência de extratos bancários” para o não envio dos extratos bancários da conta corrente e da conta investimentos; para o envio de extratos não oficiais; e, também, para o envio incompleto dos extratos.

3) “Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro” para o não envio; envio incompleto dos formulários e anexos; e, também, para o envio de prestação de contas de forma individualizada, sem utilização dos formulários disponíveis no site da FINEP.

## 6 Análise dos Dados

A pequena quantidade de impropriedades encontradas nos anos de 2001 a 2003, conforme Quadro 2, é explicada pelo fato dos convênios serem muito antigos e por isso, conhecidos como passivo de prestações de contas, aos quais, anualmente, são envidados esforços para análise. A quantidade de impropriedades desse período era igualmente expressiva aos demais anos, e sua diminuição somente foi possível devido a ações, que incluem desde grupos de trabalhos a horários extras, reforços de equipe, entre outros.

No ano de 2013 foi feito um retrato estático das análises realizadas dos convênios com ao menos uma impropriedade, conforme observado no Quadro 2.

Quadro 2: Quantidade de convênios contendo impropriedades.

Ano	Quantidade de convênios contendo impropriedades
2001	20
2002	52
2003	36
2004	226
2005	189
2006	281
2007	173
2008	130
2009	61
2010	44
2011	10
2012	6
Total:	1228

Fonte: Elaborado pela autora.

### 6.1 Medidas tomadas pela FINEP

No final do ano de 2006, foi verificada que a quantidade de erros e consequentes correspondências (cartas oficiais) aos convenientes eram crescentes. No Gráfico 2 é possível identificar um pico neste ano, *outlier* nessa distribuição de frequência.

Ainda em 2006, a FINEP inicia uma ação direta de orientação ao conveniente, com palestras presenciais nas ICT's, levando conhecimento sobre legislação, licitação e demais assuntos afetos a Prestação de Contas Financeira.

A partir de 2007, há regressão na curva do gráfico, provavelmente, sofrendo algum impacto decorrente da orientação e treinamentos ao conveniente.

Nota-se que a quantidade de impropriedades diminuiu significativamente no final do ano 2012, surgindo os seguintes questionamentos:

- ✓ Orientar os convenientes ainda seria importante?
- ✓ O tema ainda seria relevante?

A resposta para os dois questionamentos é sim, pois a FINEP possui uma carteira de clientes dinâmica. Como os convênios com recursos do FNDCT são, em sua maioria, advindos de chamadas públicas, não raro existirem gestores de convênios contemplados que estejam assinando com a FINEP pela primeira vez. Ou, ainda, mesmo que o conveniente possua outros convênios em execução ou finalizados, pode vir a firmar sob outras legislações mais recentes. Ou, ainda, podem ter dificuldades com as mudanças nos formulários e anexos de prestação de contas, ou forma de apresentar a documentação da Prestação de Contas. Há, ainda, razões internas das convenientes, como substituição de pessoal de apoio e de projetos, por exemplo. Em todos os casos, é necessário que a FINEP continue orientando convenientes.

Gráfico 2: Quantidade de convênios com algum tipo de impropriedade por ano.



Fonte:Elaborado pela autora.

A FINEP também adotou uma nova metodologia de análise de prestação com a finalidade de torná-la mais célere. Mas como esta medida somente foi implementada em 2011, provavelmente, seus efeitos serão vistos nos próximos anos.

## 6.2 Medidas tomadas pelo Governo Federal

Orzil, Amorim e Simões (2012) revelam dificuldades enfrentadas pelo governo federal relacionadas a concessão de recursos públicos através de convênios, sendo o acúmulo de prestação de contas uma delas, como demonstram os registros no SIAFI de 45,7 mil prestações de contas a analisar ou não enviadas pelo conveniente ao concedente de recursos em 2010. Pode-se citar, como exemplo de medida para diminuir o estoque de Prestação de Contas de convênios, a anistia concedida através do Decreto 6.170/2007.

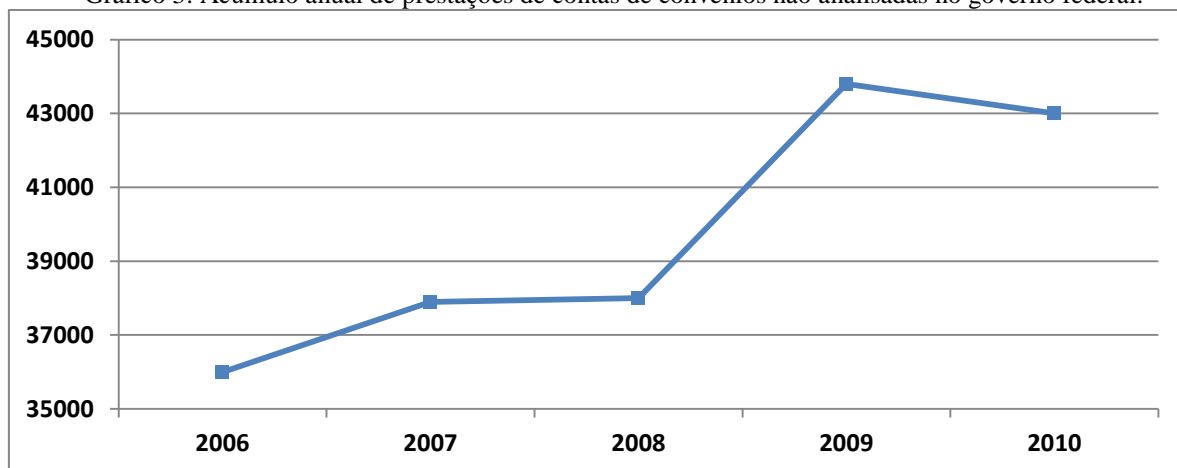


### 6.2.1 Decreto 6.170 de 25 de julho de 2007

Para exemplificar as medidas governamentais, pode-se citar a anistia das prestações de contas de convênios com valores até R\$ 100.000,00, concedida pelo governo federal através do artigo 17 do Decreto 6.170 de 25 de julho de 2007.

O gráfico 3 demonstra o acúmulo de prestação de contas de convênios de todo o governo federal no período de 2006 a 2010, de onde se auffle que esta medida, provavelmente apresentou um resultado discreto, não impactando em decréscimo representativo no estoque de prestação de contas de convênios a analisar.

Gráfico 3: Acúmulo anual de prestações de contas de convênios não analisadas no governo federal.



Fonte: SIAFI

### 6.2.2 As dez impropriedades mais recorrentes

No gráfico 4, temos as 10 impropriedades mais recorrentes no período de 2001 a 2012 e, com base no teorema de Vilfredo Pareto, nota-se que elas representam 90% da incidência de erros do período, o que torna essa amostra altamente representativa.

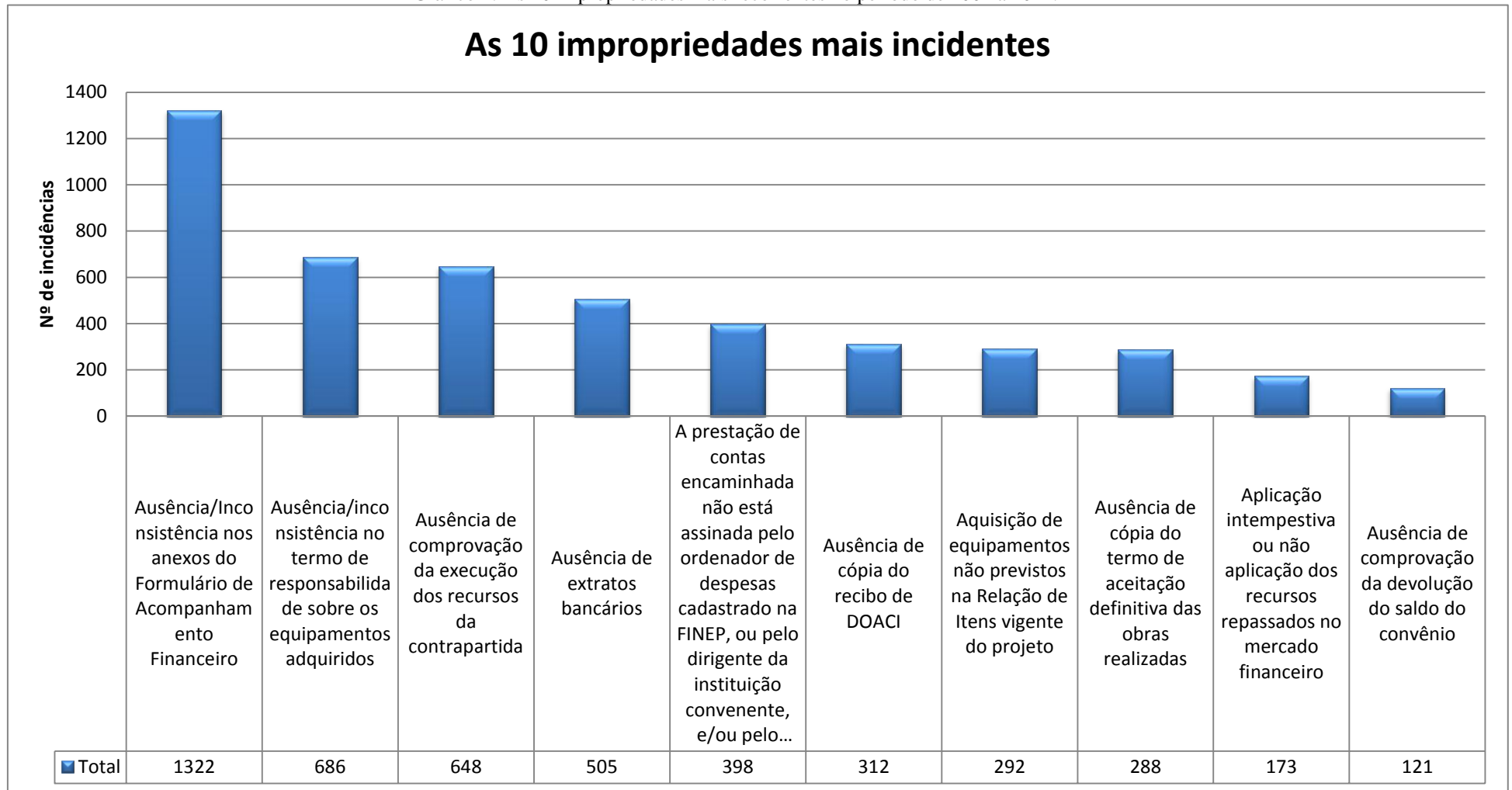
Abaixo, seguem as frequências das principais impropriedades:

- ✓ As cinco mais incidentes correspondem a 68% do total das impropriedades encontradas;
- ✓ As dez mais incidentes correspondem a 90 %; e
- ✓ As vinte mais incidentes correspondem a 96%.

Como as dez impropriedades mais recorrentes representam 90% do total dos erros encontrados no período, conforme Pareto decidiu-se trabalhar com este grupo.

Isso significa que essas 10 impropriedades devem receber tratamento prioritário, com número maior de perguntas e respostas que as demais impropriedades menos representativas. Quanto mais abordados esses assuntos pertinentes a elas, maior a probabilidade de haver decréscimo na quantidade de prestação de contas não aprováveis enviadas à concedente.

Gráfico 4: As 10 impropriedades mais recorrentes no período de 2001 a 2012.

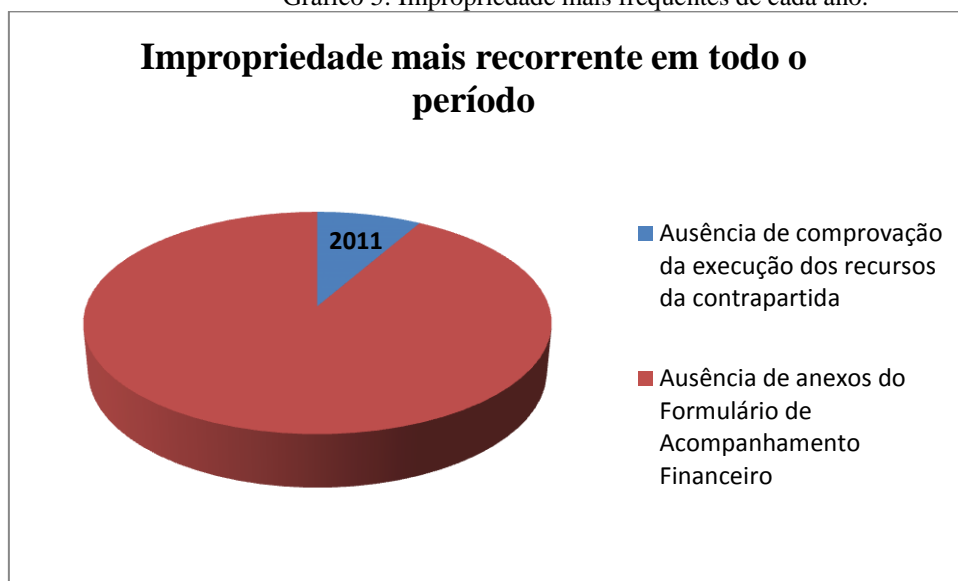


Fonte: Elaborado pela autora.

### 6.3 A impropriedade mais recorrente em todo o período

A “Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro” foi a impropriedade mais recorrente em todo o período, considerada um erro formal, já que se trata do não preenchimento de algum formulário ou anexo. Essa observação foi a mais frequente em 11 dos 12 anos estudados, com exceção de 2011, cuja impropriedade mais frequente foi contrapartida. Conforme pode ser observado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Impropriedade mais frequentes de cada ano.



Fonte: Elaborado pela autora.

#### 6.3.1 Análises anuais

A seguir, breve comentário anual das análises efetuadas do período analisado de 2001 a 2012. Para cada ano, tem-se, em anexo, quadro contendo todas as impropriedades ocorridas nas análises daqueles convênios e respectivas quantidades, para fornecer visão de todos os erros cometidos pelos convenientes e as frequências de suas ocorrências.

#### **6.3.1.1 Ano 2001**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 2,77% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo A. A impropriedade mais recorrente é um erro formal: Ausência de anexos de Acompanhamento Financeiro de Prestação de Contas tendo ocorrido em 27 convênios, representando 18,62% do total de convênios do ano 2001 com algum tipo de erro.

#### **6.3.1.2 Ano 2002**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 5,89% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo B. No ano de 2002, a impropriedade mais frequente é a Ausência de anexos de Acompanhamento Financeiro de Prestação de Contas tendo ocorrido em 64 convênios, representando, aproximadamente, 20,78% do total de convênios do ano 2002 com algum tipo de erro.

#### **6.3.1.3 Ano 2003**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 2,35% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo C. No ano de 2003, a impropriedade mais frequente é a Ausência de Anexos de Acompanhamento Financeiro de Prestação de Contas tendo ocorrido em 35 convênios, representando 28,45% do total de convênios do ano 2003 com algum tipo de erro.

#### **6.3.1.4 Ano 2004**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 14,92% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo D. No ano de 2004, a impropriedade mais frequente foi Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro tendo ocorrido em 276 convênios, representando 35,43% do total de convênios do ano 2004 com algum tipo de erro.

#### **6.3.1.5 Ano 2005**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 15,26% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo E. No ano de 2005, a impropriedade mais frequente foi Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro tendo ocorrido em 210 convênios, representando, aproximadamente, 26,35% do total de convênios do ano 2005 com algum tipo de erro.

#### **6.3.1.6 Ano 2006**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 19,80% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo F. No ano de 2006, a impropriedade mais frequente foi Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro tendo ocorrido em 261 convênios, representando 25,24% do total de convênios do ano 2006 com algum tipo de erro.

#### **6.3.1.7 Ano 2007**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 12,18% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo G. No ano de 2007, a impropriedade mais frequente foi Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro tendo ocorrido em 144 convênios, representando 22,64% do total de convênios do ano 2007 com algum tipo de erro.

#### **6.3.1.8 Ano 2008**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 13,42% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo H. No ano de 2008, a impropriedade mais frequente foi Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro tendo ocorrido em 131 convênios, representando, aproximadamente, 18,69% do total de convênios do ano 2008 com algum tipo de erro.

#### **6.3.1.9 Ano 2009**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 7,14% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo I. No ano de 2009, a impropriedade mais frequente foi Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro tendo ocorrido em 70 convênios, representando, aproximadamente, 18,77% do total de convênios do ano 2009 com algum tipo de erro.

#### **6.3.1.10 Ano 2010**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 5,34% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo J. No ano de 2010, a impropriedade mais frequente foi Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro tendo ocorrido em 62 convênios, representando 22,22% do total de convênios do ano 2010 com algum tipo de erro.

#### **6.3.1.11 Ano 2011**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 0,59% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo K. No ano de 2011, a impropriedade mais frequente foi Ausência Comprovação da execução dos Recursos de Contrapartida tendo ocorrido em 7 convênios, representando 22,58% do total de convênios do ano 2011 com algum tipo de erro.

#### **6.3.1.12 Ano 2012**

As impropriedades ocorridas neste ano representam 0,28% do total do período analisado. As quantidades e os tipos das impropriedades podem ser observados no anexo L. No ano de 2012, a impropriedade mais frequente foi Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro tendo ocorrido em 7 convênios, representando, aproximadamente, 46,67% do total de convênios do ano 2012 com algum tipo de erro.



## 7 PROPOSTA

O presente projeto de intervenção visa a confecção de um FAQ o mais próximo das dúvidas dos gestores de recursos públicos de convênios com fonte FNDCT, que seja de fácil acesso e entendimento para dirimir dúvidas dos convenientes.

A partir da análise dos dados, as impropriedades mais recorrentes foram compiladas em um FAQ. Este instrumento foi baseado em dados reais, mais precisamente, dos registros efetuados pelos analistas do departamento responsável por esta verificação quando da análise das prestações de contas da FINEP.

### 7.1 *Frequently Asked Questions* FAQ para execução financeira de convênios

As perguntas e respostas a seguir basearam-se nas dez impropriedades mais recorrentes apontadas por este estudo:

- 1) Posso entregar a prestação de contas em modelo próprio formulado pela minha Instituição?

Não. Os formulários devem ser os padronizados pela FINEP e encontram-se disponíveis no site

[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes\\_formularios\\_manuais](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes_formularios_manuais).

- 2) Os formulários para prestar contas de Termos de Cooperação são os mesmos que dos convênios em geral firmado com a FINEP?

Não. Os Termos de Cooperação possuem formulários próprios, disponíveis no site FINEP

[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes\\_formularios\\_manuais](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes_formularios_manuais).

- 3) Posso prestar contas técnica e financeira para os convênios FINEP conjuntamente? Utilizando os mesmos formulários?

Não. Há formulários próprios para Relatório Técnico e prestação de contas financeira, disponíveis no site FINEP

[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes\\_formularios\\_manuais](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes_formularios_manuais).

- 4) Como saber que os formulários para Prestação de Contas que estou preenchendo não estão desatualizados? Como ficar ciente das mudanças nos formulários e anexos de Prestação de Contas?

Os formulários de Prestação de Contas da FINEP encontram-se disponíveis no site [http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes\\_formularios\\_manuais](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes_formularios_manuais), assim como atualizações e mudanças nestes.

- 5) Não preenchi todos os formulários de Prestação de Contas Financeira. Posso ir enviando aos poucos com a finalidade de agilizar análise na FINEP? Em caso negativo, por que não?

Não. Os formulários e anexos de prestação de contas devem ser enviados completos, em sua totalidade, para evitar retrabalho por parte dos analistas da FINEP e, com isso, obter uma resposta mais ágil a ser dada a instituição conveniente. As informações contidas nos formulários e anexos de Prestação de Contas são complementares, então, a falta de preenchimento em algum deles impacta em toda análise.

- 6) O coordenador/dirigente da instituição/ordenador de despesa está ausente, posso enviar documentos de prestação de contas ou solicitação de remanejamento financeiro faltando assinatura?

Não. Todos os formulários e anexos de prestação de contas devem estar assinados pelo dirigente da instituição conveniente ou ordenador de despesa formalmente cadastrado na FINEP e pelo coordenador do projeto. As assinaturas

são garantia de que as pessoas responsáveis pelo projeto têm ciência de suas alterações e das contas prestadas.

7) Qualquer membro da equipe executora pode assinar a prestação de contas?

Não. Os formulários e anexos de Prestação de Contas devem estar assinados pelo dirigente da instituição conveniente ou ordenador de despesa formalmente cadastrado na FINEP e pelo coordenador do projeto. As assinaturas são garantia de que as pessoas responsáveis pelo projeto têm ciência de suas alterações e das contas prestadas.

8) Qualquer membro da equipe executora pode solicitar remanejamento financeiro e alteração de itens?

Não. A solicitação para remanejamento financeiro e alteração de itens deve ser solicitada através do Portal do Cliente e deve ter ciência do coordenador do projeto e, também, da instituição conveniente.

9) Tenho de enviar os documentos fiscais, tais como notas fiscais e recibos originais?

Não. Devem ser encaminhados à FINEP apenas os formulários e anexos disponíveis no site FINEP e os extratos bancários de todo o período (conta corrente e investimentos). Caso seja necessária alguma documentação complementar, esta será solicitada, devendo ser enviada sempre cópia. O original deve ficar guardado em local seguro por conta da Instituição Conveniente.

10) Há necessidade de identificação nos documentos fiscais? Há um padrão a seguir?

Sim. Os documentos fiscais devem possuir identificação, contendo número e título do convênio, conforme legislação aplicável. Preferencialmente, os dados

relacionados ao convênio devem figurar na parte frontal do documento. Além da identificação, os documentos devem conter, também, o atesto de recebimento do bem adquirido ou do serviço prestado.

11) Depois de prestar contas, posso descartar os documentos?

Não. Os documentos devem ficar arquivados em local seguro e em boa ordem por conta da Instituição Conveniente. Os documentos devem ser guardados para que fiquem disponíveis à fiscalização da FINEP e Órgãos de Controle interno e externo, como TCU, CGU e, também, Ministério Público.

12) Por quanto tempo preciso manter os documentos comprobatórios da Prestação de Contas arquivados?

Todos os documentos acerca do convênio devem ser mantidos em arquivo e em boa ordem, não somente os documentos fiscais, como também, os processos licitatórios ou cotações de preço e demais documentos, tais como recibos de diárias, de embarque no caso de passagens aéreas e rodoviárias. O prazo de arquivamento segue legislação aplicável ao convênio:

- ✓ IN STN 01/97: prazo de 5 (cinco) anos a contar da data da aprovação das contas da FINEP pelo TCU;
- ✓ Portarias Interministeriais 127/08, 448 e IN FNDCT 01/10: 10 (dez) após aprovação da Prestação de Contas do convênio.

13) Como saber a qual legislação pertence o convênio assinado com a FINEP?

No Termo do Convênio existe uma Cláusula denominada Legislação Vigente (ou expressão similar) que conterà informações sobre a norma válida para aquele convênio.

14) Por que preciso enviar extrato bancário?

Para que seja verificado o nexo causal entre as despesas efetuadas no convênio e a movimentação na conta corrente específica, bem como para verificação dos rendimentos de aplicação financeira auferidos no período de vigência do convênio.

15) Qual o período que o extrato bancário deve abranger?

O extrato bancário deve abranger todo o período do projeto ou do período das contas prestadas, em caso de Prestação de Contas Parcial.

16) Posso encaminhar o extrato bancário em planilha de *excel*?

Não. Devem ser encaminhados os extratos bancários fornecidos pela Instituição bancária da conta corrente específica do convênio ou da conta investimento.

17) Quando enviar os extratos bancários?

Os extratos bancários da conta corrente específica do convênio e da conta investimento devem acompanhar os formulários de acompanhamento financeiro das prestações de contas.

18) Preciso demonstrar contrapartida?

Somente haverá necessidade de aporte de contrapartida se houver previsão no Termo do Convênio. Sendo permitido o aporte voluntário de recursos pelos partícipes.

19) A FINEP pode solicitar documento comprobatório que não esteja previsto no normativo legal? Existe previsão legal que ampare?

Sim. A FINEP pode solicitar documento que julgue necessário para complementar informação, ou embasar análise. Segundo a Lei do Processo

Administrativo, Lei nº 9.784 de 29/01/99 em seu artigo 4º “São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo: IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos”. Da mesma forma, os Órgãos de Controle Interno e Externo também podem solicitar informações diversas para embasar análise ou dirimir dúvidas.

20) Existe algum manual informativo acerca de execução financeira de convênios com recursos FINEP?

Sim. Há um Manual de Convênios e Termos de Cooperação confeccionado pela FINEP e disponível no site

[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes\\_formularios\\_manuais](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes_formularios_manuais).

21) Como posso acessar o material que a FINEP utiliza nas palestras presenciais?

A FINEP disponibiliza a apresentação a respeito da Execução Financeira dos Convênios no site

[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes\\_formularios\\_manuais](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes_formularios_manuais).

22) Posso aportar recursos no convênio além do pactuado no Termo de Convênio independente de haver previsão de contrapartida? E as outras instituições partícipes? Também podem?

Sim. O aporte de recursos por parte dos partícipes, sem previsão no Termo de Convênio será considerado contrapartida voluntária.

23) Como saber que tipo de contrapartida aportar?

A contrapartida deve ser aportada de acordo com o pactuado no Termo do Convênio ou Plano de Trabalho.

24) Como faço para demonstrar contrapartida financeira na Prestação de Contas?

A contrapartida financeira é demonstrada mediante extrato bancário contendo o depósito em conta corrente específica diversa da do convênio, e, também, com o preenchimento dos formulários de acompanhamento financeiro.

25) Como faço para demonstrar contrapartida não financeira na Prestação de Contas?

A contrapartida não financeira é demonstrada com itens economicamente mensuráveis através de formulários de acompanhamento financeiro: Anexos 1, 2.A e 4.A, disponíveis no site

[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes\\_formularios\\_manuais](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes_formularios_manuais).

26) Posso lançar o salário integral dos colaboradores para mensurar homem-hora na contrapartida não financeira?

O salário integral dos colaboradores somente deverá ser lançado na Prestação de Contas como contrapartida não financeira, caso estes trabalhem exclusivamente naquele convênio. Caso o colaborador trabalhe em mais de um projeto simultaneamente ou acumule outras tarefas alheias ao projeto, o cálculo deve ser proporcional às horas dedicadas exclusivamente ao projeto em epígrafe.

27) Posso descartar os bens permanentes adquiridos com recursos do convênio?

Não. Os bens somente poderão ser alienados após o encerramento do convênio, e depois de formalizada e aprovada a doação dos bens da FINEP à Instituição conveniente, quando os bens passam a pertencer ao patrimônio desta.

28) É necessário colocar nº patrimonial nos bens permanentes?

Sim. Os bens permanentes dos convênios devem ser patrimonializados como bens de terceiro constando o nome da Financiadora de Estudos e Projetos.

29) Como devo proceder com os bens permanentes adquiridos pelo convênio com recursos FINEP?

Os bens devem ser segurados, receber número patrimonial, como bens de terceiros – FINEP e, também, possuir Termo de Responsabilidade assinado e atualizado. Além de serem informados nos formulários de acompanhamento financeiro, mas precisamente, na Relação de Bens Adquiridos.

30) Posso alocar os bens permanentes adquiridos pelo convênio em instituição não partícipe do convênio?

Não. Os bens adquiridos com recursos do convênio devem estar localizados nas Instituições partícipes. Esta localização deve ser informada em formulário próprio, no momento da Prestação de Contas ou alterada através do Portal do Cliente, quando for solicitada alteração de item. Os equipamentos somente podem ser disponibilizados a integrar patrimônio de outra instituição depois de devidamente doados a conveniente, após o encerramento do convênio.

31) A doação dos bens permanentes à instituição conveniente é automática após o encerramento do convênio?

Não. Há necessidade de solicitação de doação dos bens adquiridos com recursos do convênio. O pedido deverá ser feito pela instituição conveniente à FINEP somente após aprovação da Prestação de Contas Final e consequente encerramento do convênio.

32) É importante a FINEP estar ciente da alteração de local de bem permanente? Por que preciso informar a localização dos bens permanentes na Prestação de Contas?

Sim. A alteração de item pode ser solicitada no Portal do Cliente e, também, o novo local (instituições partícipes do convênio) pode ser informado nos formulários de acompanhamento financeiro e Prestação de Contas. Lembrando que o bem adquirido com recursos do convênio não pode integrar patrimônio de



instituição não participe. É importante saber a localização exata dos bens para que a FINEP e os Órgãos de Controle Interno e Externo possam agendar visitas técnicas, ou de fiscalização ao local.

33) Há necessidade de indicar responsável pelos bens?

Sim. Deve haver um responsável pelos bens adquiridos com recursos do convênio. Até o deferimento da solicitação de doação dos bens adquiridos com recursos do convênio, após a aprovação da Prestação de Contas Final e consequente encerramento do convênio, os bens pertencem à FINEP, tendo que haver responsável por sua conservação e não alienação.

34) Em caso de não indicação, quem fica responsável pelos bens?

Em caso de não indicação de responsável para guarda dos bens, será considerado responsável, o dirigente máximo da instituição conveniente.

35) Preciso enviar cópia dos Termos de Responsabilidade juntamente com a Prestação de Contas? Os Termos de Responsabilidade dos bens precisam estar assinados?

Não há mais necessidade de envio desse documento no momento do envio da Prestação de Contas à FINEP, pois houve substituição do Termo de Responsabilidade pela nova Relação de Bens Adquiridos. Disponível no site FINEP: [http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes\\_formularios\\_manuais](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes_formularios_manuais). Porém, os Termos de Responsabilidade devem continuar existindo como controle na instituição conveniente e pode ser solicitado no momento de visita da FINEP ou dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

36) Posso lançar despesas não relacionadas ao projeto na Prestação de Contas?

Não. As despesas efetuadas com recursos do convênio, necessariamente, precisam estar relacionadas ao objeto do projeto e devem ser lançadas no

formulário próprio de Prestação de Contas. Ressalta-se que, no momento da análise da Prestação de Contas, as mesmas são comparadas com os lançamentos dos extratos bancários e com a Relação de Itens Vigente do projeto. Qualquer lançamento de despesa não prevista na Relação de Itens pode ensejar solicitação de esclarecimentos e justificativas.

37) Posso gastar mais que o previsto em item apoiado na Relação de Itens?

Os valores dos itens encontram-se previstos na Relação de Itens vigente. Mas deve ser encaminhada justificativa caso o valor executado por elemento de despesa tenha ultrapassado o da constante na Relação de Itens vigente.

38) Posso utilizar recursos de convênios FINEP indistintamente entre os diversos projetos que tenho com esta financiadora? Por exemplo, não há recurso disponível em um projeto, posso pagar a despesa com recursos de outro projeto FINEP? E a comprovação? Posso comprovar despesas de um projeto em Prestação de Contas de outro, sendo ambos firmados com a FINEP?

Não. As despesas devem ser exclusivas para cada convênio, não podendo haver permeabilidade entre os gastos. Todas as despesas são confrontadas com a Relação de Itens Vigente e extratos bancários de conta corrente e investimentos.

39) Posso retirar recursos da conta corrente específica do projeto e depois devolver na íntegra?

Não. Os lançamentos efetuados no extrato bancário devem ter pertinência com os gastos do projeto e a relação de itens apoiada para o projeto. As despesas são confrontadas com os extratos bancários de conta corrente e investimento, assim como comparadas à Relação de Itens vigente. As divergências serão questionadas e será solicitada justificativa e/ou providência.

40) Como devo proceder com a DOACI?

Os recursos destinados à DOACI encontram-se previstos na Relação de Itens vigente do projeto e podem ser sacados da conta corrente específica do convênio em parcelas proporcionais aos desembolsos de recursos feitos pela FINEP e depositadas na conta bancária da instituição conveniente. Na Prestação de Contas basta anexar recibo com a informação de que aquele valor refere-se à DOACI – Despesas Operacionais de Caráter Indivisível. Os documentos comprobatórios das despesas devem ficar guardados em local seguro para eventual fiscalização de Órgãos de Controle Interno e Externo.

41) Devo apresentar a DOACI na Prestação de Contas?

Sim. Os valores destinados à DOACI - Despesas Operacionais de Caráter Indivisível na Relação de Itens devem constar na Prestação de Contas como um recibo. Ressalta-se que o recibo da DOACI deve estar devidamente assinado.

42) Preciso enviar os documentos comprobatórios da DOACI juntamente com a Prestação de Contas?

Não. Os documentos fiscais comprobatório das despesas da DOACI - Despesas Operacionais de Caráter Indivisível devem ficar arquivados em boa ordem e em local seguro na Instituição Conveniente, e, para envio à FINEP, basta o recibo, juntamente com a Prestação de Contas Financeira.

43) Preciso guardar os documentos fiscais comprobatórios da DOACI?

Sim. Os documentos fiscais comprobatório das despesas da DOACI - Despesas Operacionais de Caráter Indivisível devem ficar arquivados em boa ordem e em local seguro na Instituição Conveniente à disposição de visitas de fiscalização da FINEP e de Órgãos de Controle Interno e Externo.

44) Posso utilizar recursos FINEP como contrapartida no próprio convênio FINEP ou em outro que a FINEP não seja partícipe?

Não. Os recursos FINEP devem ser utilizados na execução do projeto pactuado no Termo do Convênio daquele projeto em específico, sendo vedada sua utilização para qualquer outro fim.

45) Posso solicitar inclusão de itens não apoiados na Relação de Itens ou modificar esta lista?

Sim. A alteração ou inclusão na Relação de Itens deve ser solicitada por Remanejamento Financeiro e Alteração de Itens através do Portal do Cliente e está sujeita a análise pela FINEP de sua necessidade e coerência com o objeto do projeto, podendo ser aceita ou não. Sendo o pedido deferido ou indeferido será dada ciência à instituição conveniente.

46) Como demonstrar que uma obra apoiada pelo convênio foi finalizada quando estiver prestando contas?

Para comprovar a conclusão de uma obra deve ser enviado à FINEP, Termo de Entrega Definitiva de Obra, juntamente com os formulários e anexos de Prestação de Contas, contendo informações sobre a obra, como, por exemplo: local, valor, número do convênio e outras informações que considerem relevantes.

47) Quem pode assinar o Termo Definitivo de Obras?

O Termo Definitivo de Obra deve estar assinado por engenheiro ou arquiteto com registro no CREA – Conselho regional de Engenharia e Arquitetura.

48) Há um modelo para o Termo Definitivo de Obras?

Não. O modelo é de livre escolha da instituição conveniente, desde que contenha informações sobre a obra e esteja devidamente assinado por engenheiro ou arquiteto com registro no CREA – Conselho regional de Engenharia e Arquitetura.

49) O Termo Definitivo de Obras precisa constar da Prestação de Contas enviada à FINEP?

Sim. Caso haja previsão de obras no Plano de Trabalho. O Termo Definitivo de Obras deve ser encaminhado à FINEP juntamente com os formulários e anexos da Prestação de Contas, contendo informações sobre a obra e devidamente assinado por engenheiro ou arquiteto com registro no CREA – Conselho regional de Engenharia e Arquitetura.

50) Preciso cumprir o Plano de Trabalho previamente definido para o projeto? E se acontecer imprevistos como, por exemplo, mudanças climáticas, tecnológicas, mercadológicas?

O Plano de Trabalho deve ser cumprido, juntamente com a observância do Termo de Convênio e a Relação de Itens. Porém, isso não significa que o projeto seja imutável, qualquer alteração necessária deve ser solicitada previamente à FINEP para apreciação e possível aprovação.

51) Posso deixar os recursos recebidos na conta corrente do convênio, sem aplicação financeira?

Não. Os recursos recebidos devem ser aplicados em poupança ou similar conforme legislação aplicável.

52) Posso aplicar os recursos da FINEP no mercado de ações ou similar?

Não. Os recursos públicos não podem correr o risco de diminuição de seu quantitativo.

53) E se aplicar os recursos recebidos através do convênio FINEP extemporaneamente? Ou se não houver aplicação financeira?

Serão cobrados rendimentos financeiros do período onde houve ausência de aplicação, como se os recursos tivessem sido aplicados na poupança.

54) A aplicação dos recursos é verificada na análise da Prestação de Contas?

Sim. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras são verificados através dos extratos bancários da conta investimento. Não somente quando foi feita a aplicação, como sua rentabilidade, se igual ou maior que a poupança, assim, também, se houve retirada da conta investimento para outra conta corrente que não a específica do convênio e se o investimento utilizado está compatível com a legislação aplicável.

55) Posso pagar tarifas bancárias com recursos do convênio? E os custos com emissão de boletos, cheques, juros e multas por atraso nos pagamentos das despesas relacionadas ao convênio?

Não. É vedado o pagamento de tarifas bancárias, boletos, extratos extras, juros, multas por atraso de pagamentos, mesmo que de despesas afetas ao convênio. Essas despesas possuem vedação legal, de acordo com a legislação aplicável.

56) O saldo final do convênio pode ser devolvido à FINEP em espécie ou cheque e enviado juntamente com a Prestação de Contas?

Não. O saldo final do convênio deve ser recolhido por GRU – Guia de Recolhimento da União à conta única do Tesouro Nacional.

57) Como comprovar o saldo final do convênio na Prestação de Contas?

Deve ser encaminhada cópia da GRU – Guia de Recolhimento da União paga juntamente à Prestação de Contas Financeira.

58) Onde encontrar o código da GRU – Guia de Recolhimento da União para devolução de saldo do convênio?

No site da FINEP: [http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes\\_gru](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=clientes_gru).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo propor um instrumento de orientação ao conveniente, através de um FAQ a ser disponibilizado no site da FINEP, com vistas a fornecer informações que propiciem ao gestor de convênios, condição necessária para diminuir a incidência de erros e, dessa maneira, apresentar uma prestação de contas com maior probabilidade de aceitação por parte da FINEP.

Nesta pesquisa, foram selecionadas as análises de prestação de contas de convênios realizadas pelos analistas do DPC1 da FINEP, no período de janeiro a novembro de 2013, neste, constam convênios assinados nos anos de 2001 a 2012.

A pesquisa foi realizada em duas fases: a primeira, qualitativa, através de pesquisa documental, sendo a coleta de dados feita através dos registros no *Access*, sendo este o banco de dados utilizado pelos analistas responsáveis pela análise da execução financeira de convênios. A segunda fase foi quantitativa, utilizando estatística descritiva no tratamento dos dados.

Das dificuldades encontradas durante a pesquisa, as principais foram:

- ✓ Dados não possuíam nomenclatura padronizada;
- ✓ Duplicidades de registros no *Access*;
- ✓ Algumas providências que o conveniente deveria realizar junto ao convênio figurando como impropriedade, fazendo com que esses dados também precisassem de ajustes;
- ✓ Ausência de dados completos referentes às palestras presenciais ministradas pela FINEP. Este controle gerencial foi iniciado em 2012, embora as palestras tenham tido início em 2006.

Após o tratamento dos dados e com base em Pareto, foi verificado que as dez impropriedades mais recorrentes correspondiam a 90% do total encontrado no período analisado. Diante da concentração de inadequações nas prestações de contas nestas dez impropriedades, foi sugerido um FAQ para orientação ao conveniente, utilizando os resultados desta pesquisa em sua confecção e enfatizando os erros mais frequentes.

Os resultados extraídos da análise desta pesquisa poderão embasar uma série de medidas mitigadoras para as impropriedades mais frequentemente encontradas, para subsídio ao controle gerencial:



- ✓ Padronizar a nomenclatura dos tipos de impropriedade;
- ✓ Definir, com o apoio e opinião dos analistas do DPC1, a nomenclatura das impropriedades a ser adotada;
- ✓ Segregar o campo impropriedade e providências a serem tomadas pelos convenientes no *Access* (neste levantamento, havia permeação entre elas, figurando providências como tipo de impropriedade, o que dificultou o tratamento dos dados);
- ✓ Controlar atividades complementares das análises de prestação de contas, como treinamentos, por exemplo;
- ✓ Sugerir que os levantamentos realizados por esta pesquisa sejam compilados em um FAQ que seja de acesso e compreensão;
- ✓ Sugerir que haja um tratamento mais detalhado no FAQ para as dez impropriedades mais recorrentes.

### 8.1 Sugestões de pesquisas futuras

Outros estudos decorrentes deste podem ser desenvolvidos:

- ✓ Pesquisar qual o quantitativo e tipos de impropriedades em um determinado ano - calculando o percentual entre a totalidade de impropriedades encontradas ano a ano pelo quantitativo de convênios assinados em um determinado ano-calendário, a partir das frequências relativas ao período. Essa comparação permitiria visualizar o quanto as impropriedades representam do valor total de projetos com algum tipo de erro com convênios assinados naquele ano, assim como em todos os demais projetos do passivo. O quantitativo total de convênios contendo impropriedades dos passivos por terem sido analisados uma parcela a cada ano, gerando, portanto, saldos de convênios com algum tipo de erro em anos diversos. Sendo necessário compilá-los para, após, dividir pela quantidade total de convênios assinados em determinado ano-calendário;
- ✓ Pesquisar o porquê um tipo de impropriedade, mesmo figurando entre as mais recorrentes, em convênios de determinados anos, ela ocorre de maneira discreta, ou, até mesmo, não ocorre;

- ✓ Pesquisar o quanto as outras medidas corretivas tomadas pela FINEP influenciaram para diminuir o estoque de prestação de contas;
- ✓ Pesquisar o impacto do novo modelo de análise, do Plano de Soluções Integradas, na diminuição do estoque de prestação de contas;

## **8.2 Sugestões para melhoria organizacional**

Como sugestão aos gestores da FINEP, além da confecção do FAQ, pode-se citar, também:

- ✓ Atualização periódica dos dados, não apenas para os controles gerenciais existentes, mas para subsidiar estudos futuros;
- ✓ Treinamento virtual em execução financeira de convênios, a ser disponibilizados aos convenientes via *You Tube* ou outro canal disponível na *Internet*.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instrução Normativa IN FNDCT 01 de 25 de junho de 2010, disponível em:< [www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br)>. Acesso em: 23.jan.2014.

BRASIL. Instrução Normativa IN STN 01 de 15 de janeiro de 1997, disponível em:< [www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br)>. Acesso em: 23.jan.2014.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 05 de outubro de 1988, disponível em:< [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 23.jan.2014.

BRASIL. Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005 – Lei do Bem, disponível em: < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 23.jan.2014.

BRASIL. Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004 – Lei da Inovação, disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 23.jan.2014.

BRASIL. Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007 - Lei do FNDCT, disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 23.jan.2014.

BRASIL. Portaria Interministerial 507 de 24 de novembro de 2011, disponível em: <[www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br)>. Acesso em 23.jan.2014.

BRASIL. Portaria Interministerial 127 de 29 de maio de 2008, disponível em: <[www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br)>. Acesso em 23.jan.2014.

Manual de Convênios, Acordos e Termos de Cooperação da FINEP, disponível em: <[www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br)> acesso: em 23.jan.2014.

Manual de Oslo, disponível em: <[www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br)>. Acesso em: 23.jan.2014.

Manual de Frascati, disponível em:< [www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br)>. Acesso em: 23.jan.2014.

CANDEIA, Remilson Soares. **Convênios celebrados com a União e suas prestações de contas**. São Paulo: NDJ, 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2001.

Tribunal de Contas da União – TCU. **Convênios e outros repasses**. Brasília, 2009.

ORZIL, Alexandre et al. **Convênios Públicos: A nova legislação**. Brasília: Orzil Consultoria, 2012.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

BOTELHO, Delane; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa Quantitativa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

THIRY-CHERQUES, Hermano. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. Revista PMKT. 2009.

KOCH, Richard. **The 80 20 Principle**: The secret of achieving more with less. London: Nicholas Brealey Publishing. 1998.

BASTOS, Valéria Delgado. O BNDES e o financiamento à Inovação. Fórum de Líderes. Disponível em:< [www.lideres.org.br](http://www.lideres.org.br)>. Acesso em: 04.05.2014.

MAZZUCATO, Mariana. **The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths**. Londres e Nova Iorque: Anthem Press, 2013

## ANEXO A - Lista de todas as impropriedades no ano 2001

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	27
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	24
Ausência de termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	22
Ausência de extratos bancários	12
Equipamentos listados na Relação de Bens Adquiridos ou Produzidos incompatíveis com a lista de equipamentos constante na Relação de Itens vigente	10
Comprovação insuficiente de despesas	8
Ausência de cópia do termo de aceitação definitiva das obras realizadas	8
Não aplicação dos recursos repassados no mercado financeiro	6
A prestação de contas encaminhada não está assinada pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, ou pelo dirigente da instituição conveniente, e/ou pelo coordenador do projeto	6
Ausência de comprovação da devolução do saldo do convênio	5
Existência de débitos e/ou créditos não especificados na conta corrente do convênio	3
Ausência de número patrimonial em diversos bens	3
Ausência de devolução do saldo do convênio	2
Ausência do Relatório Técnico Final	2
O Termo de Aceitação Definitivo da Obra não está assinado por responsável da empresa contratada	2
Ausência da comprovação de devolução do saldo do convênio	1
Não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado	1
Falta de conciliação entre as despesas apresentadas na Relação de Pagamentos (Anexo 4) e os débitos em conta corrente	1
Aplicação intempestiva dos recursos repassados no mercado financeiro	1
Ausência de Número fiscais das despesas	1
<b>Total de impropriedades encontradas nos convênios de 2001</b>	<b>145</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

## ANEXO B - Lista de todas as impropriedades no ano 2002

Impropriedades	Ocorrências
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	64
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	61
Ausência de cópia do termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	33
Equipamentos listados na "Relação de Bens Adquiridos" incompatíveis com a Relação de Itens vigente	28
Ausência de extratos bancários	23
A prestação de contas encaminhada não está assinada pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, ou pelo dirigente da instituição conveniente, e/ou pelo coordenador do projeto	19
Ausência de cópia do termo de aceitação definitiva das obras realizadas	17
Existência de débitos e/ou créditos não especificados na conta corrente e/ou investimento do convênio	12
Ausência de comprovação da devolução do saldo do convênio	8
Aplicação intempestiva dos recursos repassados no mercado financeiro	6
Ausência do Relatório Técnico Final	4
Não preenchimento, inconsistência ou incoerência nos anexos de prestação de contas	4
Ausência de cópia do recibo de DOACI	3
Localização dos equipamentos listados na Relação de Bens Adquiridos incompatível com a informada na Relação de Itens vigente	3
Despesas de tarifas bancárias	2
Incoerência entre o mapa de deslocamento (anexo IV) encaminhado e as despesas lançadas nas rubricas "Diárias" e "Passagens e Despesas com Locomoção"	2
Divergência entre os dados do Anexo 6 (Relação de Bens) e do Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel (TCUBM)	1
Ausência de assinatura do responsável da empresa contratada na cópia do termo de aceitação definitiva das obras realizadas	1
O termo de aceitação definitiva de obra realizada encaminhado não está assinado por engenheiro responsável	1
Aquisição de equipamentos em quantidade maior que a prevista	1
Comprovação insuficiente de despesas	1
Falta de conciliação entre os dados cadastrados da conta corrente na ficha do projeto com os apresentados nos extratos.	1
Não envio da prestação de contas final dentro do prazo legal estipulado	1
O termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos encaminhado não está assinado pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP ou pelo dirigente da instituição conveniente	1
Aquisição de equipamentos não previstos na Relação de Itens do projeto	1
Realização de despesas em valor superior ao previsto na Relação de Itens vigente para o projeto	1
Realização de despesas não previstas na Relação de Itens vigente para o projeto	1
Incoerência nos anexos de prestação de contas III (Mapa de cotação / licitação)	1
Ausência de número patrimonial em diversos bens	1
Localização e quantidade dos equipamentos listados no anexo 6 (Relação de Bens Adquiridos) incompatíveis com as previstas na Relação de Itens vigente	1
Débito das despesas em valor superior ao pagamento	1
Não aplicação dos recursos repassados no mercado financeiro.	1
Não atingimento do objeto do convênio de forma integral	1
Extrapolação do valor previsto para a rubrica	1

Cont

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
Falta de conciliação entre as restituições creditadas apresentadas na Relação de Pagamentos (Anexo 4) e os créditos em conta corrente	1
<b>Total de impropriedades encontradas nos convênios de 2002</b>	<b>308</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

### ANEXO C - Lista de todas as impropriedades no ano 2003

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	35
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	27
Ausência de cópia do termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	15
Aquisição de equipamentos não previstos na Relação de Itens do projeto	9
Ausência de extratos bancários	8
Ausência de cópia do termo de aceitação definitiva das obras realizadas	7
Ausência de comprovação da devolução do saldo do convênio	6
A prestação de contas encaminhada não está assinada pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, ou pelo dirigente da instituição conveniente, e/ou pelo coordenador do projeto	6
Aplicação intempestiva ou não aplicação dos recursos repassados no mercado financeiro	4
Ausência do Relatório Técnico Final	2
Localização dos equipamentos incompatível a constante na Relação de Itens vigente	1
O termo de aceitação definitiva de obra realizada encaminhado não está assinado por engenheiro responsável	1
Conta corrente / Conta investimento e Agência bancária utilizadas divergem daquelas cadastradas na FINEP para o referido convênio	1
Não foi possível fazer a correlação de todos os bens listados na "Relação de Bens Adquiridos" com a lista de equipamentos constante na "Relação de Itens" vigente para o projeto	1
<b>Total de impropriedades encontradas nos convênios de 2003</b>	<b>123</b>

Fonte: Elaborado pela autora.



## ANEXO D - Lista de todas as impropriedades no ano 2004

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	276
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	120
Ausência de extratos bancários	79
Ausência de cópia do termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	69
A prestação de contas encaminhada não está assinada pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, ou pelo dirigente da instituição conveniente, e/ou pelo coordenador do projeto	57
Equipamentos listados na Relação de Bens Adquiridos incompatíveis com a lista de equipamentos constante na Relação de Itens vigente	44
Ausência de cópia do termo de aceitação definitiva das obras realizadas	36
Aplicação intempestiva dos recursos repassados no mercado financeiro	17
Ausência de Relatório Técnico Final	15
Ausência de número patrimonial	11
Falta de conciliação entre despesas apresentadas e débitos em conta corrente	9
Localização dos bens incompatível com a prevista na Relação de Itens	9
Ausência de comprovação da devolução do saldo do convênio	8
Existência de débitos e/ou créditos não especificados na conta corrente do convênio	5
Não aplicação dos recursos repassados no mercado financeiro	4
Realização de despesas não previstas na Relação de Itens vigente para o projeto	3
Ausência de cópia do recibo de DOACI	2
Devolução do saldo após o prazo.	2
Conta corrente diverge da conta cadastrada na FINEP	2
O termo de aceitação definitiva de obra realizada encaminhado não está assinado por engenheiro responsável	1
Extratos de conta e agência diferente da registrada na FINEP.	1
Aquisição de equipamento não previsto	1
Aquisição de equipamentos em valor maior que o previsto	1
O Relatório Técnico Final não foi aprovado pela área operacional	1
Ausência de correlação com a relação de itens vigente para o projeto.	1
O termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos encaminhado não apresenta o responsável pela guarda dos bens	1
aprovado	1
Extrapolação de rubrica em relação ao previsto no Plano de Trabalho	1
Não envio da prestação de contas final dentro do prazo legal estipulado	1
Número de referência da GRU de devolução do saldo está diferente do número do convênio	1
<b>Total de impropriedades encontradas nos convênios de 2004</b>	<b>779</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

## ANEXO E - Lista de todas as impropriedades no ano 2005

Impropriedades	Ocorrências
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	210
Ausência do termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	117
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	100
Ausência de extratos bancários	64
A prestação de contas encaminhada não está assinada pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, ou pelo dirigente da instituição conveniente, e/ou pelo coordenador do projeto	58
Equipamentos listados no anexo de Relação de Bens Adquiridos incompatíveis com a lista de equipamentos constante na Relação de Itens vigente	52
Ausência de cópia do termo de aceitação definitiva das obras realizadas	51
Ausência de cópia do recibo de DOACI	21
Ausência de comprovação da devolução do saldo do convênio	18
Não aplicação dos recursos repassados no mercado financeiro	15
Inconsistência apresentada no extrato bancário da conta corrente	14
Aplicação intempestiva dos recursos repassados no mercado financeiro	13
Ausência de número patrimonial e/ou localização dos bens	10
Falta de correlação entre as despesas apresentadas na Relação de Pagamentos e a Relação Atual de Itens aprovada para o projeto	10
Ausência do Relatório Técnico Final	10
Localização dos bens incompatível com a prevista na Relação de Itens	5
O termo de aceitação definitiva de obra realizada encaminhado não está assinado por engenheiro responsável	4
Falta de conciliação entre as despesas apresentadas na Relação de Pagamentos e os débitos em conta corrente	3
Devolução do saldo após o prazo	3
Ausência de extratos do SIAFI	2
Aquisição de bens não previstos na relação de itens do projeto	2
Extrapolação do valor previsto para a rubrica	2
Existência de saldo antes da liberação de recursos pela FINEP.	1
Nº Patrimonial dos bens incompatíveis com os números patrimoniais informados no Termos de Responsabilidade dos equipamentos	1
Não devolução do saldo total do convênio	1
O somatório dos rendimentos financeiros mensais dos extratos bancários encaminhados difere do lançado no Demonstrativo de Receitas e Despesas.	1
Detalhamento referente à cobrança anterior de tarifas bancárias	1
O termo de aceitação definitiva de obra realizada encaminhado não está assinado pelo responsável da empresa contratada	1
Não correlação dos equipamentos adquiridos com os previstos para o projeto	1
Aproximadamente 50% do valor projetado para a rubrica "Material de Consumo" foi realizado no penúltimo dia do encerramento do convênio.	1
Incoerência entre o nº Patrimonial informado no Termo de Responsabilidade e a Relação de Bens Adquiridos ou Produzidos	1
O termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos encaminhado não apresenta o número patrimonial de todos os bens.	1
Não foi encaminhado o termo de responsabilidade sobre os bens	1
Ausência de cópia da GRU	1

Cont.

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
Incoerência no recolhimento de saldo	1
<b>Total de impropriedades encontradas nos convênios de 2005</b>	<b>797</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

## ANEXO F - Lista de todas as impropriedades no ano 2006

Impropriedades	Ocorrências
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	261
Ausência de cópia do termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	135
Ausência de extratos bancários	97
Ausência de cópia do recibo de DOACI	92
A prestação de contas encaminhada não está assinada pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, e/ou pelo dirigente da instituição conveniente	86
Não cumprimento da execução dos recursos de contrapartida	70
Equipamentos listados incompatíveis com a Relação de Itens vigente	66
Ausência de cópia do termo de aceitação definitiva das obras realizadas	61
Ausência de comprovação da devolução do saldo do convênio	24
Aplicação intempestiva dos recursos repassados no mercado financeiro	23
Localização dos equipamentos incompatível com a constante na Relação de Itens vigente	18
Não aplicação dos recursos repassados no mercado financeiro	14
Ausência de número patrimonial em diversos bens	12
Falta de conciliação entre as despesas apresentadas na Relação de Pagamentos e os débitos em conta corrente	10
Devolução de saldo após o prazo	8
Ausência do Relatório Técnico Final	8
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	5
Incompatibilidades entre a Relação de Bens Adquiridos apresentada e a Relação de Itens vigente	4
Exigências financeiras para liberação de recursos	3
Incoerência entre o mapa de deslocamento (anexo IV) encaminhado e as despesas lançadas nas rubricas "Diárias" e "Passagens e Despesas com Locomoção"	3
Desproporcionalidade entre as despesas com recursos FINEP e contrapartida	3
Falta de correlação entre as despesas lançadas e a relação de pagamentos	3
Aquisição de equipamento não previsto na Relação de Itens	2
O termo de aceitação definitiva de obra realizada encaminhado não está assinado por engenheiro responsável	2
aguardando parecer da área operacional	2
Não correlação com a Relação de itens	2
Ausência de equipamento relacionado no Anexo C.3/MATF	1
Débitos na conta do convênio sem que tenham sido realizadas as despesas	1
O termo de aceitação definitiva de obra realizada encaminhado não está assinado pelo responsável da empresa contratada	1
Incoerência entre o valor informado referente ao executado excutado no período de 31/05/2007 até 29/10/2010	1
Devolução da obra	1
Incoerência entre os valores informados no Anexo 2 - Demonstrativo de Receitas e Despesas e as Relações de Pagamentos	1
O somatório dos rendimentos financeiros mensais dos extratos bancários encaminhados difere do lançado no Demonstrativo de Receitas e Despesas (Anexo 2)	1
Conta não cadastrada na FINEP	1
Gastos pendentes de aprovação	1
Cumprimento parcial do objeto do convênio	1

Cont.

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
Impossibilidade de identificação de beneficiários nos pagamentos "Passagens e Despesas com Locomoção"	1
Falta de identificação de assinaturas nos formulários financeiros de comprovação da contrapartida não financeira e inconsistência no elemento de despesa indicado.	1
Ausência de correlação de despesas	1
Ausência de atendimento aos questionamentos elencados nas cartas anteriores	1
Ausência de cópia do termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	1
Não foi enviado o mapa de deslocamento (anexo IV) para as despesas lançadas nas rubricas "Diárias" e "Passagens e Despesas com Locomoção"	1
Não execução do objeto pactuado	1
Divergência de valores da devolução do saldo do convênio com o declarado na prestação de contas	1
Ausência de extratos bancários	1
Divergências no Anexo III - Mapa de Cotação / Licitação	1
<b>Total de impropriedades encontradas nos convênios de 2006</b>	<b>1034</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

## ANEXO G - Lista de todas as impropriedades no ano 2007

Impropriedades	Ocorrências
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	144
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	72
Ausência de extratos bancários	70
Ausência de cópia do recibo de DOACI	65
Ausência de cópia do termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	59
Ausência de cópia do termo de aceitação definitiva das obras realizadas	45
A prestação de contas encaminhada não está assinada pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, ou pelo dirigente da instituição conveniente, e/ou pelo coordenador do projeto	43
Aquisição de equipamentos não previstos na Relação de Itens vigente do projeto	25
Ausência de comprovação da devolução do saldo do convênio	23
Aplicação intempestiva dos recursos repassados no mercado financeiro	15
Ausência do Relatório Técnico Final	9
Falta de conciliação entre as despesas apresentadas na Relação de Pagamentos (Anexo 4) e os débitos em conta corrente	9
Localização e/ou quantidade de equipamentos incompatíveis com a Relação de Itens vigente	6
Existência de débitos e/ou créditos não especificados na conta corrente do convênio	6
Não aplicação dos recursos repassados no mercado financeiro	5
Ausência de número patrimonial em diversos bens	5
O recibo de DOACI encaminhado não está assinado pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP ou pelo dirigente da instituição conveniente	3
Não correlação com a relação de itens do projeto	3
O somatório dos rendimentos financeiros mensais dos extratos bancários encaminhados difere do lançado no Demonstrativo de Receitas e Despesas (Anexo 2)	2
Devolução do saldo após o prazo	2
Divergência na localização do equipamento	1
Aquisição de equipamentos não previstos na Relação de Itens vigente para o projeto.	1
Inconsistências na devolução do saldo do convênio	1
Inconsistências no Demonstrativo de Receitas e Despesas - ANEXO 2	1
Erro de preenchimento do anexo II	1
Ausência da relação de pagamentos da rubrica "18/20 - Serviços de Terceiros - Bolsas"	1
O termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos encaminhado não contém todos os equipamentos adquiridos	1
Esclarecimentos referente à devolução do saldo	1
Equipamentos listados sem o termo de responsabilidade sob os equipamentos adquiridos.	1
Anexo II (Declaração) preenchido de forma incorreta	1
Inconsistências nas informações prestadas no anexo 5 (Relação de Bens Adquiridos).	1
Formulários enviados fora do padrão da FINEP	1
Não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado	1
Gastos pendentes de aprovação	1
Devolução do Saldo Após o Prazo e Realização de despesas em data posterior ao prazo de utilização de recursos	1

Cont.

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
Incoerência entre a conta bancária apresentada nos extratos e a cadastrada para o convênio	1
O termo de aceitação definitiva de obra realizada encaminhado não está assinado por engenheiro responsável	1
Incoerência entre o mapa de cotação encaminhado e as despesas lançadas na relação de pagamentos	1
Divergência de valores da devolução do saldo do convênio com o declarado na prestação de contas	1
Incoerência entre o mapa de deslocamento (anexo IV) encaminhado e as despesas lançadas nas rubricas "Diárias" e "Passagens e Despesas com Locomoção"	1
Envio dos formulários originais	1
Incoerência entre o rendimento financeiro auferido e o informado na Prestação de contas	1
Inconsistência no preenchimento do quadro constante do formulário Anexo II (declaração), relativo às aquisições por inexigibilidade e dispensa de licitação.	1
Extrapolação de valores previstos para rubrica.	1
Extratos enviados de agência divergente da cadastrada na FINEP	1
<b>Total de impropriedades encontradas nos convênios de 2007</b>	<b>636</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

## ANEXO H - Lista de todas as impropriedades no ano 2008

Impropriedades	Ocorrências
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	131
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	86
Ausência de extratos bancários	71
Ausência de cópia do recibo de DOACI	69
A prestação de contas encaminhada não está assinada pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, ou pelo dirigente da instituição conveniente, e/ou pelo coordenador do projeto	62
Ausência de cópia do termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	50
Ausência de cópia do termo de aceitação definitiva das obras realizadas	42
Equipamentos listados na Relação de Bens Adquiridos incompatíveis com a Relação de Itens vigente	29
Aplicação intempestiva dos recursos repassados no mercado financeiro	17
Existência de débitos e/ou créditos não especificados na conta corrente do convênio	14
Ausência de comprovação da devolução do saldo do convênio	14
Não aplicação dos recursos repassados no mercado financeiro	13
Falta de conciliação entre as despesas apresentadas na Relação de Pagamentos (Anexo 4) e os débitos em conta corrente	13
Ausência de número patrimonial em diversos bens	11
Ausência de Relatório Técnico Final	7
Inconsistência no preenchimento de anexos de Formulário de Acompanhamento Financeiro.	7
Incoerência entre o mapa de deslocamento encaminhado e as despesas lançadas na rubrica "Passagens e Despesas com Locomoção"	6
Localização dos equipamentos listados na Relação de Bens Adquiridos incompatível com a localização constante na Relação de Itens vigente	5
O somatório dos rendimentos financeiros mensais dos extratos bancários encaminhados difere do lançado no Demonstrativo de Receitas e Despesas (Anexo 2)	4
Devolução do saldo após o prazo	3
Divergência nas localizações dos bens adquiridos ou produzidos informados no formulário financeiro e a relação de itens aprovada para o projeto	3
O termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos encaminhado não apresenta o número patrimonial de todos os bens e/ou sua localização	3
O recibo de DOACI encaminhado não está assinado pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP ou pelo dirigente da instituição conveniente	3
Condicionantes para liberação de 3º parcela	2
Não execução do projeto	2
Exigências financeiras para liberação da 3ª parcela	2
Não foram encaminhados os demonstrativos de contrapartida não-financeira	2
Gastos pendentes de aprovação	1
Devolução de recursos para a conta do convênio sem justificativa	1
O termo de aceitação definitiva de obra realizada encaminhado não está assinado pelo responsável da empresa contratada e pelo responsável por parte do conveniente/executor	1
Objeto pactuado do convênio não cumprido	1
Depósito dos recursos da contrapartida na conta corrente do convênio juntamente com os recursos FINEP	1
Incoerência entre o valor disponível informado para o próximo período	1
O anexo III - Mapa de cotação / licitação enviado não contém todas as contratações que deveriam ser licitadas ou cotadas	1
Formulário de comprovação da contrapartida não financeira, desatualizado e inconsistente.	1



Cont.

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
Gastos efetuados com recurso de contrapartida financeira em rubricas não apoiadas para o projeto	1
Equipe executora pendente de aprovação pela área operacional	1
Despesas glosadas na rubrica Obrigações Patronais	1
O termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos encaminhado não está assinado pela pessoa responsável	1
Incoerência entre o valor informado no Anexo 1 - Relatório de Execução Financeira e a Relação de Pagamentos	1
Divergência referente ao saldo do convênio apresentado na prestação de contas final	1
Gastos pendentes de análise da área operacional	1
Não utilização dos recursos FINEP	1
Número da conta corrente incoerente com o cadastro	1
Aquisição de equipamentos em quantidade maior que a prevista	1
Ausência de assinatura nas cópias dos Termos de Aceitação Definitiva das Obras	1
Incoerência nos valores informados referente ao rendimento de aplicação financeira	1
Não devolução do saldo total do convênio	1
Divergência entre os mapas de cotação e extratos bancários	1
Não correlação das cópias dos termos de aceitação definitiva das obras	1
Incoerência da conta corrente e agência bancária nos os extratos bancários	1
Devolução de recursos sem correção	1
Anexo de prestação de contas II (Declaração) preenchido incorretamente	1
Extratos no formato .txt	1
A localização dos bens informados no termo de responsabilidade encaminhado difere do aprovado na Relação de Itens do projeto	1
Extratos enviados de agência divergente da cadastrada na FINEP	1
Extrapolação da rubrica OST/PJ acima de 30 %	1
<b>Total de impropriedades encontradas nos convênios de 2008</b>	<b>701</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

## ANEXO I - Lista de todas as impropriedades no ano 2009

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	70
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	52
Ausência de extratos bancários	39
A prestação de contas encaminhada não está assinada pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, ou pelo dirigente da instituição conveniente, e/ou pelo coordenador do projeto	37
Ausência de cópia do recibo de DOACI	35
Ausência de cópia do termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	34
Ausência de comprovação da devolução do saldo do convênio	12
Ausência de cópia do termo de aceitação definitiva das obras realizadas	12
Existência de débitos e/ou créditos não especificados na conta corrente do convênio	12
Inconsistência no preenchimento dos anexos de prestação de contas	9
Equipamentos adquiridos incompatíveis com a lista constante na Relação de Itens vigente	9
Aplicação intempestiva dos recursos repassados no mercado financeiro	9
Ausência de correlação da despesa com a relação de itens vigente para o projeto	8
Localização dos equipamentos listados na Relação de Bens Adquiridos incompatível com a informada na Relação de Itens vigente	7
Ausência de número patrimonial em diversos bens	5
Condicionantes financeiras para liberação de 3ª parcela	4
Não aplicação dos recursos repassados no objeto pactuado	2
Ausência de extrato do SIAFI	2
O somatório dos rendimentos financeiros mensais dos extratos bancários encaminhados difere do lançado no Demonstrativo de Receitas e Despesas	2
Equipamentos Adquiridos em quantidade superior à constante na Relação de Itens vigente	2
O termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos encaminhado apresenta o número patrimonial diferente daquele lançado no Anexo 12 - "Relação de Bens e Equipamentos Adquiridos"	1
Pagamento de "Diárias" em favor de pessoal não relacionado na equipe executora do projeto	1
O termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos não apresenta a mesma localização do que a informada na relação de itens atual da FINEP.	1
O recibo de DOACI encaminhado não está assinado pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP ou pelo dirigente da instituição conveniente	1
Realização de reembolso de despesas	1
Ausência do Relatório Técnico Final	1
Comprovação insuficiente dos rendimentos	1
Ausência de recibo de DOACI	1
As despesas executadas no âmbito do convênio não foram aprovadas pela área operacional da FINEP	1
Não execução do projeto.	1
No termo de aceitação definitiva de obra enviado não é possível identificar os responsáveis pelas assinaturas.	1
<b>Total de impropriedades encontradas nos convênios de 2009</b>	<b>373</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

## ANEXO J - Lista de todas as impropriedades no ano 2010

Impropriedades	Ocorrências
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	62
Ausência de extratos bancários	36
Ausência de cópia do recibo de DOACI	23
Ausência de cópia do termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	22
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	22
A prestação de contas encaminhada não está assinada pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, ou pelo dirigente da instituição conveniente, e/ou pelo coordenador do projeto	22
Equipamentos Adquiridos incompatíveis com a lista dos constantes na Relação de Itens vigente	13
Ausência de cópia do termo de aceitação definitiva das obras realizadas	9
Falta de conciliação entre as despesas apresentadas na Relação de Pagamentos e os débitos em conta corrente	7
Ausência de número patrimonial em diversos bens	7
Localização dos equipamentos incompatível com a prevista na Relação de Itens vigente	6
Existência de débitos e/ou créditos não especificados na conta corrente do convênio	6
Aplicação intempestiva dos recursos repassados no mercado financeiro	4
Exigências financeiras para liberação da 3ª parcela	3
Ausência do Relatório Técnico Final	3
Não aplicação dos recursos repassados no mercado financeiro	3
Encaminhamento de comprovantes de devolução	2
Ausência de extratos do SIAFI	2
Ausência de formulário para liberação de recursos	2
Inconsistência do preenchimento do formulário de prestação de contas	2
Ausência de comprovação da devolução do saldo do convênio	2
Gastos pendentes de aprovação da área operacional	2
Despesas em análise	1
O termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos encaminhado apresenta alguns números patrimoniais diferentes dos que foram lançados na Relação de Equipamentos Adquiridos	1
Ausência de correlação com a Relação de Itens aprovada pela FINEP	1
O termo de aceitação definitiva de obra realizada encaminhado não está assinado por engenheiro responsável	1
O termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos encaminhado não apresenta o número do convênio e a descrição dos bens	1
Não envio da prestação de contas final dentro do prazo legal estipulado	1
Inconsistências nos mapas do anexo III (Mapa de cotação / licitação).	1
Condicionantes para liberação de 3º parcela	1
O número da Conta Bancária está divergente do registrado na FINEP.	1
Envio dos formulários de prestação de contas	1
Despesas com DOACI, e outras, em conta bancária que não é de titularidade da ASAV	1
Despesas de tarifas bancárias	1
Extrapolação do valor previsto para a rubrica	1

Cont.

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
O recibo da DOACI encaminhado não está assinado pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, ou pelo dirigente da instituição conveniente, e/ou pelo coordenador do projeto	1
Depósito dos recursos da contrapartida na conta corrente do convênio juntamente com os recursos FINEP	1
Divergência referente à fonte de fomento informada	1
Pagamento de "Passagens e Despesas com Locomoção" em favor de pessoal não relacionado na equipe executora do projeto	1
Devolução intempestiva de montante retirado indevidamente da conta corrente vinculada ao convênio	1
Despesas pagas e não realizadas	1
<b>Total de impropriedades encontradas nos convênios de 2010</b>	<b>279</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

### ANEXO K - Lista de todas as impropriedades no ano 2011

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	7
Ausência de extratos bancários	5
Inconsistência no preenchimento dos formulários de prestação de contas	4
Ausência de cópia do termo de responsabilidade sobre os equipamentos adquiridos	3
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	3
Aplicação intempestiva dos recursos repassados no mercado financeiro	2
A prestação de contas encaminhada não está assinada pelo ordenador de despesas cadastrado na FINEP, ou pelo dirigente da instituição conveniente, e/ou pelo coordenador do projeto	2
Condicionantes para liberação de 3º parcela	1
Não aplicação no mercado financeiro dos recursos repassados	1
Despesas com características de Suprimento de fundos na Rubrica Material de Consumo	1
Gastos em itens não apoiados	1
Ausência de proporcionalidade entre o valor liberado para DOACI e o valor liberado para o convênio.	1
<b>Total de impropriedades encontradas nos convênios de 2011</b>	<b>31</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

### ANEXO L - Lista de todas as impropriedades no ano 2012

<b>Impropriedades</b>	<b>Ocorrências</b>
Ausência de anexos do Formulário de Acompanhamento Financeiro	7
Inconsistência no preenchimento do recibo referente à DOACI	2
Ausência de comprovação da execução dos recursos da contrapartida	2
Ausência de extratos bancários	1
Ausência de comprovação da devolução do saldo do convênio	1
Ausência de cópia do recibo de DOACI	1
Esclarecimentos sobre tarifas cobradas no extrato bancário	1
<b>Total Geral</b>	<b>15</b>

Fonte: Elaborado pela autora.